PDAD 2024 AMPLIADA
PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

ÁREA RURAL

RESULTADOS GERAIS: MORADORES E DOMICÍLIOS

IPEDF
Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

GDF
É tempo de ação.

PDAD 2024 AMPLIADA
PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha Barros Junior
Governador

Celina Leão
Vice-governadora

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL - SEEC

Daniel Izaias de Carvalho
Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - IPEDF Codeplan

Manoel Clementino Barros Neto
Presidente

Marcos da Silva Amaro
Diretor de Administração Geral

Sônia Gontijo Chagas Gonzaga
Diretora de Estratégia e Qualidade

Francisca de Fátima de Araújo Lucena
Diretora de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas

Werner Bessa Vieira
Diretor de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais

Marcela Machado
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

IPEDF
Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

GDF
É tempo de ação.

EQUIPE TÉCNICA

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS

Francisca de Fátima de Araújo Lucena
Diretora

Dea Guerra Fioravante
Diretora até agosto de 2024

Clarissa Jahns Schlabitz
Diretora até fevereiro de 2023

Alisson Carlos da Costa Silva
Assessor Especial

Pedro Henrique Borges
Assessor Especial até outubro de 2024

Rodrigo Borges
Assessor Especial até maio de 2024

Thiago Mendes Rosa
Assessor Especial até fevereiro de 2023

COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICA E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS

Jusçânio Umbelino de Souza
Coordenador

Fabricio de Aguiar Sena
Gerente de Análise de Pesquisas Sócioeconomicas até novembro de 2024

Talia Alves Xavier
Gerente de Questionário e Metodologia até maio de 2024

Miriam Francisca Silva Chaves Ferreira
Gerente de Qualidade de Dados

Janaína Lacerda
Gerente de Coleta de Dados

José Douglas de Queiroz
Coordenador de Campo

BOLSISTAS

Emily Alves Marques
Marcelo Pereira de Souza Fleury
Rodrigo Almeida de Arruda
Thiago Cordeiro Almeida
Thiago Mendes Rosa

APOIO ADMINISTRATIVO

Eliene Vieira Barbosa Nobre
Léia Oliveira de Lima
Maria Edna P. Medeiros
Nair Alves de Lima
Paulo Rogério Azevedo Andrade
Telma Maria de Lima

PESQUISADORES

Adão Martins Filho
Ana Lídia da C. Borges Valadão
Antonio Humberto de França Souza
Antonio Pereira de A. Filho
Cherlla Barros Ferreira Gramagol
Daniel L. Mascanrenhas Bernardes
Danilo Camargos
Danilo Lucas da Mota Rodrigues
David Bastos Pires
Diones da Silva Mendanha
Dwahyny KriegerKenedy de Oliveira
Eder Tolentino da Silva
Elias da Rocha Silva
Eline Sousa Lima
Eliomar de Oliveira Barreiros
Erivaldo da Fonseca Barbosa
Gilton Gomes Batista
Gean Dores Silveira Araújo
Gilberto Coelho Borges
Gilberto Luna dos Santos
Guiomar Ribeiro de Araujo Silva
Ingridy Moreira de Souza
Jacira Roberto dos Santos
Jéssica Freitas dos Santos
Leandro de Souza Silva Reis
Luiz Alberto Pimentel
Luiz Fernado Cruz Cerejo
Lucimar Batista Pereira
Magda Maria dos Santos
Marcia da Silva
Marcos Maciel Ribeiro
Marlúcia Alves dos Santos
Nivaldo Bernardes de Oliveira
Paulo Henrique de Paiva
Regina Célia Alves
Renato Almeida Junior
Tauá Flamengo Freire
Tereza Christina do Amaral

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIOECONÔMICAS

João Pedro Dias
Coordenador

Fabricio de Aguiar Sena
Assessor Especial

Alisson Carlos da Costa Silva
Assessor Especial até outubro de 2024

Larissa Gomes Pinto
Gerente de Estudos Populacionais até novembro de 2024

Mônica Oliveira Marques França
Assistente Técnico Administrativo

COORDENAÇÃO DE ANÁLISE ECONÔMICA E CONTAS REGIONAIS

Adrielli Santos de Santana Dias
Coordenadora

Talia Alves Xavier
Assessora Especial

Gustavo Nascimento Lima
Gerente de Contas Regionais

IPEDF
Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal
GDF
É tempo de ação.

UNIDADE DE CIÊNCIA DE DADOS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Leandro Henrique Antunes de Carvalho
Chefe de Unidade

Letícia Pacheco dos Passos Claro
Chefe de Unidade até maio de 2024

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE DADOS,GEOINFORMAÇÃO E INOVAÇÃO

Frederico Lara de Souza
Coordenador

Bruno Medeiros Santana
Assessor Especial

Patricia Ferreira Alves da Silva
Assessor Especial até julho de 2024

Jeferson Lucas Macedo do Amaral
Assessor Especial

Guilherme Carvalho Rodrigues
Assessor Especial

Matheus de Sousa Lemos Fernandes
Assessor Especial

Gabriel de Oliveira Martins
Assessor Especial até maio de 2024

Elias Mangueira Lopes
Assessor Especial até dezembro de 2023

Luiz Rubens Camara de Araújo
Assessor Especial até fevereiro de 2024

Érica Lima Ambrósio
Gerente de Informações Estatísticas

Renato Borges Ferreira
Gerente de Inovação

Fernanda Pimentel Crispim
Gerente de Inovação até agosto de 2024

Diovanna Pereira Quintino
Gerente de Geoinformação até julho de 2024

Lucas de Padua Bergamaschi
Assessor

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS AMBIENTAIS E TERRITORIAIS (DEPAT)

Werner Bessa Vieira
Diretor

Renata Florentino de Faria Santos
Diretora até maio de 2024

Luiz Antônio Gouveia de Oliveira
Assessor Especial

Marlene Maria dos Santos Rodrigues
Assessora

Gabriela Bemvenuto de Abreu e Silva
Assessora

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS AMBIENTAIS (COEA)

Aline da Nóbrega Oliveira
Coordenadora

Rogério Vidal de Siqueira
Assessor Especial

Leandro de Almeida Salles
Gerente de Sustentabilidade

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS TERRITORIAIS (COET)

Larissa Carvalho de Carvalho
Coordenadora

Anamaria de Aragão Costa Martins
Coordenadora até julho de 2024

Jéssica da Rocha Brito Oliveira
Assessora Especial

George Eduardo Maeda
Gerente de Estudos da Metrópole até janeiro de 2025

Umberto Rafael de Menezes Filho
Economista

Clóvis Antônio Barbará Jacob
Engenheiro Civil

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS (DIPOS)

Marcela Machado
Diretora

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS QUALITATIVAS DE POLÍTICAS SOCIAIS(COPQL)

Jaqueline da Silva Borges
Coordenadora de Estudos e Pesquisas Qualitativas de Políticas Sociais

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS QUANTITATIVAS(COPAQ)

Juliana Estanislau Cançado
Coordenadora de Estudos e Pesquisas Quantitativas, até dezembro de 2024

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS (COAPS)

Maria Salete Alves Queiroz
Coordenadora de Estudos de Avaliação de Políticas Sociais, até dezembro de 2024

Francisca de Fátima de Araújo Lucena
Coordenadora de Estudos de Avaliação de Políticas Sociais, até agosto de 2024

Conteúdo

1 APRESENTAÇÃO **6**

2 INTRODUÇÃO **7**

3 METODOLOGIA **8**
3.1 Amostra 8
3.2 Histórico 12

4 RESULTADOS – MORADORES **14**
Caracterização da População 14
4.1 Migração 20
4.2 Comunicação 25
4.3 Saúde 29
4.4 Educação 36
4.5 Trabalho 41

5 RESULTADOS – DOMICÍLIOS **50**
Características dos domicílios 50
5.1 Infraestrutura domiciliar 55
5.2 Infraestrutura urbana nas proximidades dos domicílios 62
5.3 Serviços domiciliares e inventário de bens duráveis 65
5.4 Localidades predominantes de compras 72
5.5 Animais de estimação 74

1. APRESENTAÇÃO

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada (PDAD-A) é realizada pelo Governo do Distrito Federal (GDF) sob a coordenação e execução do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF Codeplan. Foi regulamentada pelo Decreto nº 39.403, de 26 de outubro de 2018, com periodicidade bienal e está agora em sua sétima edição. Iniciada em 2004, esta sétima edição se destaca pela significativa expansão na sua cobertura geográfica focal, tanto na área urbana quanto rural do Distrito Federal, além de alcançar os doze municípios goianos vizinhos que compõem a Periferia Metropolitana de Brasília (PMB). Assim, a PDAD-A integra, em uma única pesquisa, a PDAD tradicional (realizada em área urbana), a PDAD Rural e a Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD), oferecendo um panorama abrangente e integrado da população metropolitana.

Criada com o objetivo de fornecer dados atualizados e consistentes para o planejamento e execução de políticas públicas no Distrito Federal, a PDAD-A assumiu papel de relevância no atendimento às demandas por dados mais detalhados e desagregados do perfil socioeconômico das regiões administrativas e da periferia metropolitana de Brasília, mostrando-se alinhada ao plano estratégico do Distrito Federal, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização da Nações Unidas - ONU, ao disponibilizar importantes dados e informações voltados ao conhecimento da realidade socioeconômica da sua área focal.

Com a metodologia em similaridade à da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a PDAD-A permite comparar dados de resultados do seu levantamento, com os da PNAD, contribuindo para o processo de análise e avaliação de desempenho conjuntural e para a gestão pública, propriamente dita.

2. INTRODUÇÃO

A PDAD Ampliada tem como área de abrangência as áreas urbanas e rurais do Distrito Federal e a área urbana dos 12 municípios goianos circunvizinhos, que integram a Periferia Metropolitana de Brasília (PMB). Nesta sétima edição, contabilizou-se uma amostra de 24.845 domicílios, com a coleta de dados realizada entre 01º de novembro de 2023 e 4 de outubro de 2024. Os resultados da PDAD-A 2024 permitem oferecer amplo conhecimento da atual realidade socioeconômica da região, como condições de moradia, acesso à infraestrutura urbana e rural e outros indicadores importantes com detalhamentos desagregados em nível de Região Administrativa, área rural e de município integrante da Periferia Metropolitana de Brasília.

O desenvolvimento da pesquisa envolve três etapas principais: pré-campo, campo e pós-campo. A fase de pré-campo inclui o planejamento da pesquisa, atualização dos cadastros de endereços, definição das áreas de abrangência e dimensionamento da amostra. Nesta fase, também é elaborado o questionário, com a participação das áreas finalísticas deste Instituto e das secretarias do GDF por meio do Conselho Consultivo da PDAD-A. A Etapa de Campo foi realizada em dez meses e meio pela empresa contratada, e finalizada em agosto de 2024. Após a etapa de coleta, foram realizadas a análise de consistência e consolidação dos dados, a expansão da amostra e a elaboração dos relatórios de resultados. Na PDAD Ampliada 2024 visitou-se expressivo número de domicílios e grande quantitativo de moradores no Distrito Federal e nos municípios da PMB, foi entrevistado, oferecendo robusta base de informações.

3. METODOLOGIA

3.1. Amostra

A seleção da amostra seguiu o esquema de amostragem aleatória estratificada para o Distrito Federal (42 localidades de interesse), suas 35 regiões administrativas e para os 12 municípios da PMB (16 localidades de interesse).

Para a definição do tamanho da amostra, utilizou-se como parâmetro estatístico a variância da renda domiciliar. Tal parâmetro serviu de balizador na partição da amostra total, de 24.845 domicílios. A partir dos dados de renda da PDAD 2021 e PMAD 2019/2020. Quanto maior a variância da renda domiciliar, maior foi a amostra da localidade.

No intuito de garantir robustez nas amostras, foi definido o menor tamanho amostral (*n*) de 400 domicílios por localidade, mesmo que a fórmula estatística indicasse uma amostra suficiente menor.

A base de endereços foi construída utilizando-se o cadastro de programas habitacionais, o cadastro de consumidores de energia elétrica, o cadastro de consumidores de água e dados do Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos (CNEFE) Pré-censo 2022, todos contendo as variáveis de localização, o que possibilitou agregar, conforme a Região Administrativa, os endereços contidos nos 6.895 setores censitários abrangidos pela pesquisa. Foram utilizadas imagens de satélite para detectar aglomerados subnormais com características urbanas ainda não incluídos nos cadastros disponíveis, para os quais IPEDF Codeplan providenciou listagens para, assim, dispor de todos os endereços nas localidades abrangidas pela pesquisa.

Para o cálculo em cada área de interesse (ou localidade), começa-se utilizando a seguinte expressão:

$$n_0 = \frac{Z^2_{\alpha/2}\sigma^2_x}{e^2_{\bar{x}}}$$

Onde:

- n_0 = estimativa inicial de amostra,
- Z = é o quantil da distribuição normal padrão,
- α = é a confiança aplicada aos intervalos de confiança subsequentes da pesquisa,
- σ^2_x = é a variância da variável de interesse,
- $e^2_{\bar{x}}$ = é o erro amostral relativo à média amostral da variável de interesse.

Fazendo-se o seguinte artifício, de multiplicar a n_0 por $\bar{x}^2 \ / \ \bar{x}^2$, tem-se que:

$$n_0 = \frac{Z^2_{\alpha/2} CV^2}{e^2}$$

Onde:

- CV = é o coeficiente de variação da variável de interesse,
- *e* = é o erro amostral proporcional à média amostral da variável de interesse.

A partir da definição dos n_0 para cada uma das áreas de interesse, usa-se a seguinte fórmula :

$$n_1 = \frac{n_0}{(1 + \frac{n_0}{N})}$$

Onde:

- n_1 = É a amostra final e
- *N* = É o total populacional de domicílios.

Uma vez definidas as amostras em cada área de interesse,por precaução, deve-se avaliar a possível taxa de não resposta da pesquisa.Neste caso, com base na pesquisa anterior, utilizou-se o valor de 20% de não resposta, ou seja:

$$n = \frac{n_1}{1 - \text{taxa de não resposta}}$$

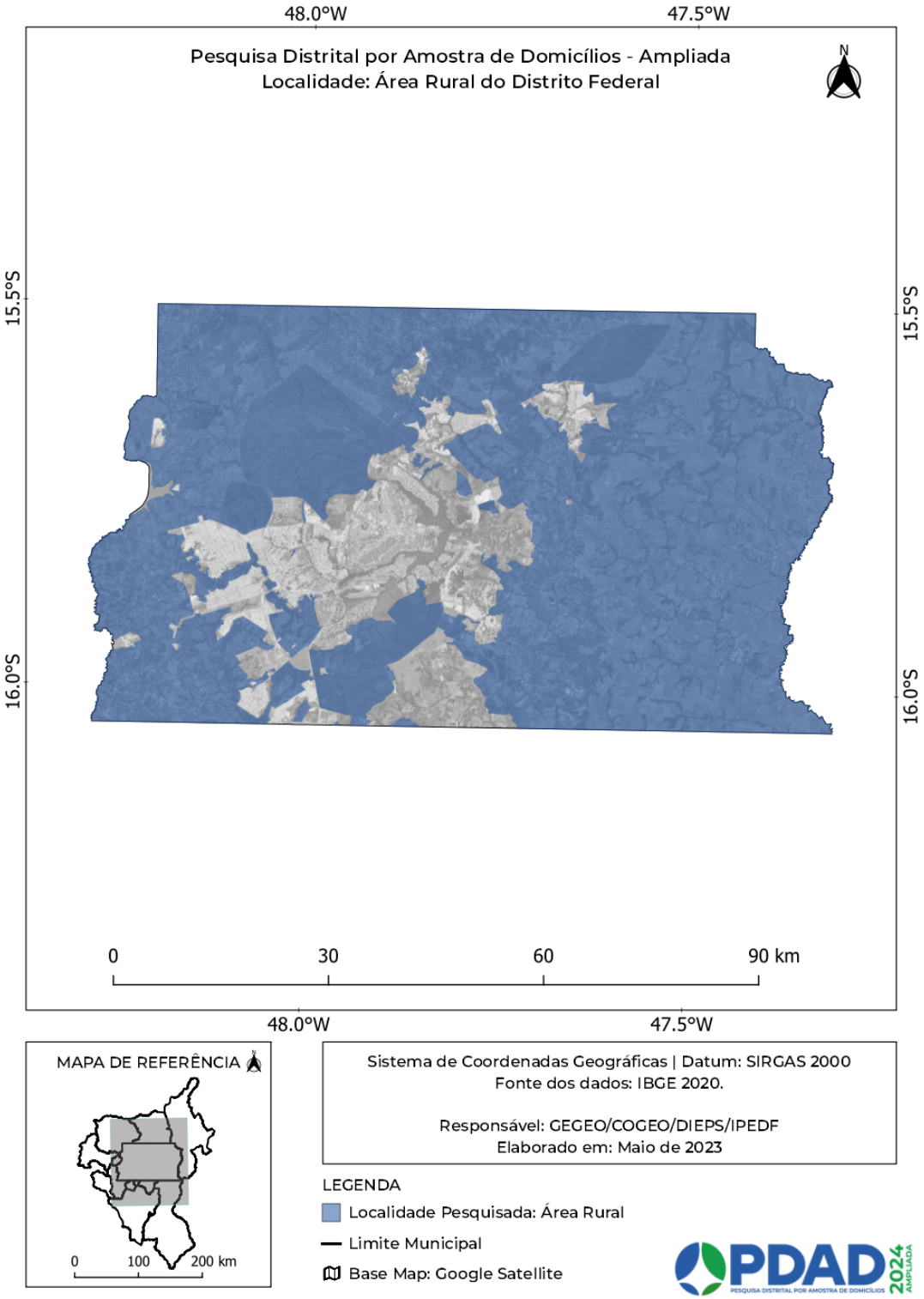
Mesmo após esta definição de tamanho de amostra, pode ser considerado ou não a decisão de definir um tamanho mínimo de amostra a ser coletada na área.

Partindo destes parâmetros, tem-se a amostra efetivamente pesquisada total de 24.845 domicílios, onde 18.130 são do Distrito Federal e 6.715 de Goiás. A tabela 1 apresenta a distribuição da amostra da PDAD-A 2024 por localidade.

Tabela 1: Amostra da PDAD-A 2024 por localidade

Setor	amostra	Setor	amostra
Alexânia	693	Planaltina de Goiás	399
Arapoanga	509	Plano Piloto - Área 1	493
Arniqueira	604	Plano Piloto - Área 2	598
Brazlândia	399	Plano Piloto - Área 3	393
Candangolândia	403	Plano Piloto - Área 4	139
Ceilândia	560	Recanto das Emas	452
Cidade Ocidental - Área 1	400	Riacho Fundo	642
Cidade Ocidental - Área 2	400	Riacho Fundo II	401
Cocalzinho de Goiás	400	SCIA - Área 1	430
Cristalina - Área 1	405	SCIA - Área 2	414
Cristalina - Área 2	401	SIA	150
Cruzeiro	399	Samambaia	553
Fercal	400	Santa Maria	451
Formosa	400	Santo Antônio do Descoberto	412
Gama	400	Sobradinho	525
Guará	409	Sobradinho II	570
Itapoã	401	Sol Nascente/Pôr do Sol	399
Jardim Botânico	401	Sudoeste e Octogonal	396
Lago Norte	403	São Sebastião - Área 1	413
Lago Sul	399	São Sebastião - Área 2	387
Luziânia - Área 1	400	Taguatinga	423
Luziânia - Área 2	400	Valparaíso de Goiás	402
Novo Gama	403	Varjão	409
Núcleo Bandeirante	425	Vicente Pires - Área 1	402
Padre Bernardo - Área 1	400	Vicente Pires - Área 2	400
Padre Bernardo - Área 2	400	Água Quente	400
Paranoá	464	Águas Claras	402
Park Way	399	Águas Lindas	400
Planaltina	463	Área rural	450

Figura 1: Região de interesse da PDAD-A 2024



3.2. Histórico

Ao contar a trajetória do desenvolvimento rural do Distrito Federal, é importante mencionar que até meados da década de 1960, a região ocupada pelo bioma Cerrado era considerada imprópria para a agricultura. Essa característica foi apontada em estudos que precederam a escolha da área para implantação da nova capital, que elencaram as dificuldades para o uso agrícola do local, ressaltando que os solos necessitavam de fertilização adequada e supervisão. Entretanto, apontava-se que, sob orientação adequada, culturas adaptadas poderiam se desenvolver na área (BRASIL, 1957)[1].

Nesse sentido, cabe ressaltar que o desenvolvimento agrícola no DF e no Cerrado só foi possível graças ao desenvolvimento de novas tecnologias, práticas e insumos na área de manejo de fertilidade do solo, nutrição e adaptação de culturas (Oliveira et al., 2015)[2].

Com a inauguração de Brasília, o expressivo crescimento populacional ocasionou o aumento da demanda por alimentos e evidenciou ainda mais a necessidade de desenvolvimento da agropecuária local (Oliveira et al., 2015). Nesse período, Brasília vivenciava uma forte dependência de outros estados para importação da maior parte dos alimentos.

Entre as décadas de 1960 e 1990, o Distrito Federal estruturou sua zona rural com a criação de núcleos agrícolas planejados e programas de desenvolvimento. Inicialmente, foram criados núcleos com produção definida pelo governo, enquanto ocupações irregulares também ocorriam. A partir da década de 1980, a agricultura mecanizada e voltada ao mercado cresceu, enquanto a familiar ainda se desenvolvia. Destaca-se a criação do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD-DF), voltado à produção empresarial de grãos para exportação. Ao longo desta trajetória, houve forte incentivo à modernização agrícola com apoio técnico e infraestrutura.

Bertolini (2015)[3] ressalta que desde o início da constituição do DF existia a preocupação com a pesquisa agropecuária. Ao longo do tempo, cabe mencionar o trabalho desenvolvido pela Emater-DF e pela Embrapa Cerrados, que tiveram grande importância na produção rural hoje desenvolvida no DF.

Atualmente, a produção agropecuária no Distrito Federal é diversificada, com produtos cultivados tanto por métodos convencionais quanto orgânicos e agroecológicos, em diferentes cadeias produtivas. Essa diversidade abastece tanto a demanda interna (hortaliças, carnes, ovos, leite, frutas) quanto o mercado nacional e internacional. Entre 2002 e 2022, o setor agropecuário no DF cresceu 26,8%, com média anual de 1,2%.

---

[1] Brasil. (1957). *Relatório técnico sobre a nova capital da República*. [s.l.: s.n.].

[2] Oliveira, M. N. da S., Wehrmann, M. E. S. de F., & Sauer, S. (2015). Agricultura Familiar no Distrito Federal: a busca por uma produção sustentável. *Sustentabilidade em Debate*, 6(1), 53–69.

[3] Bertolini, V. A. (2015). *Para onde vai o rural no DF? Análise de processos sócio espaciais ocorridos nas áreas rurais do Distrito Federal - de 1960 à 2000*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília

O desenvolvimento agrícola no DF tem características distintas do restante do país. Além da forte presença do Estado (distribuição de terras, pesquisa, financiamento da agropecuária), outra característica marcante é a diversidade de influências culturais trazidas pelos produtores e suas origens. Isso contribuiu para a formação de um espaço rural pautado na multifuncionalidade e pluriatividade (Oliveira et al., 2015)[4].

Além disso, a configuração espacial do DF — onde o rural está em proximidade com uma metrópole de quase 3 milhões de habitantes — constrói um espaço social com diferentes atividades produtivas que se interpenetram, tornando indistintos os limites entre paisagens urbanas e rurais e entre as funções de cidade e campo, sem, contudo, se tornarem homogêneos (Limonad, 2010)[5].

[4] Oliveira, M. N. da S., Wehrmann, M. E. S. de F., & Sauer, S. (2015). Agricultura Familiar no Distrito Federal: a busca por uma produção sustentável. *Sustentabilidade em Debate*, 6(1), 53–69.

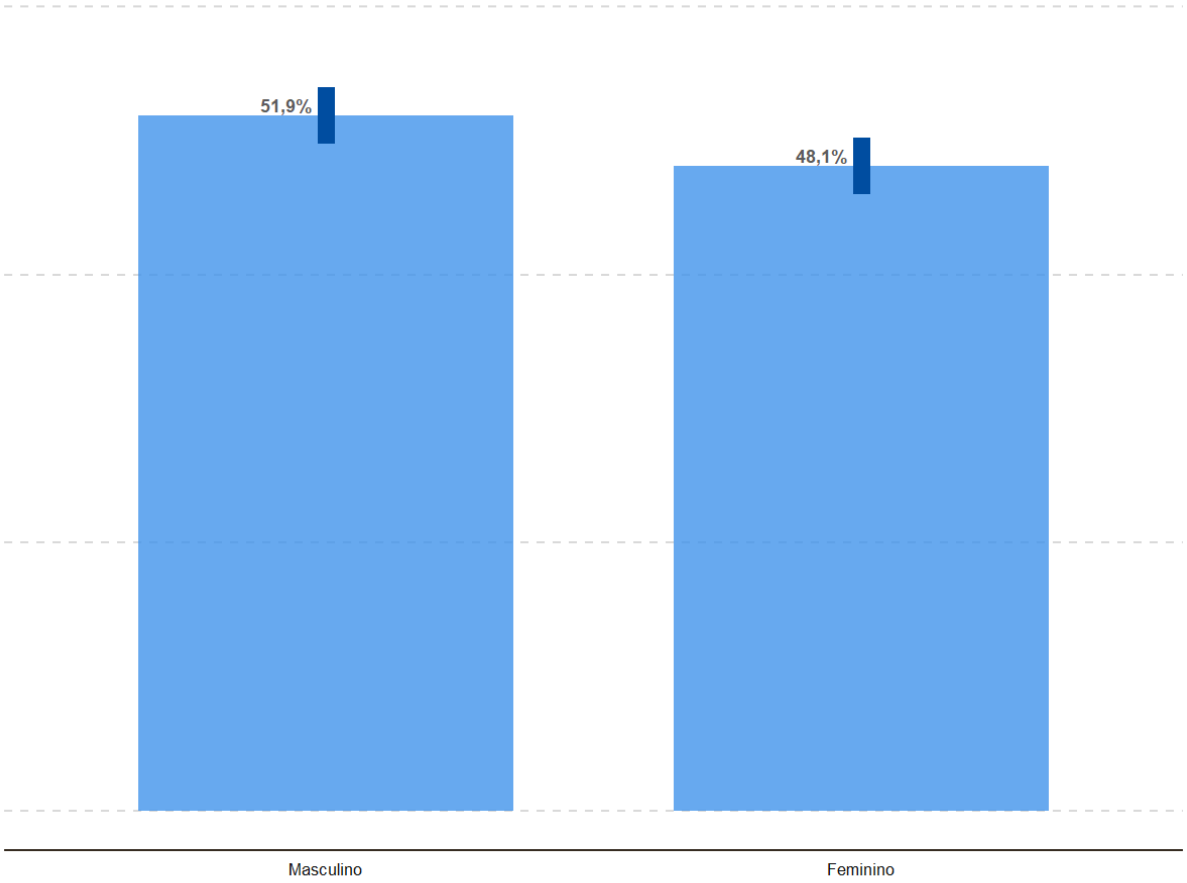
[5] Limonad, E. (2010). Regiões reticulares: breves considerações para compreender as novas formas urbanas. *Revista Cidades*, v.7, n.11. São Paulo: Ed. Expressão Popular.

4. RESULTADOS – MORADORES

Caracterização da População

A PDAD-A 2024 aponta que a população da Área Rural era de **121.759** pessoas[6], sendo 51,9% do sexo de nascimento masculino (Figura 2). A idade média era de 32,6 anos. A pirâmide etária, apresentada na Figura 3, traz a distribuição da população por faixas de idade e sexo.

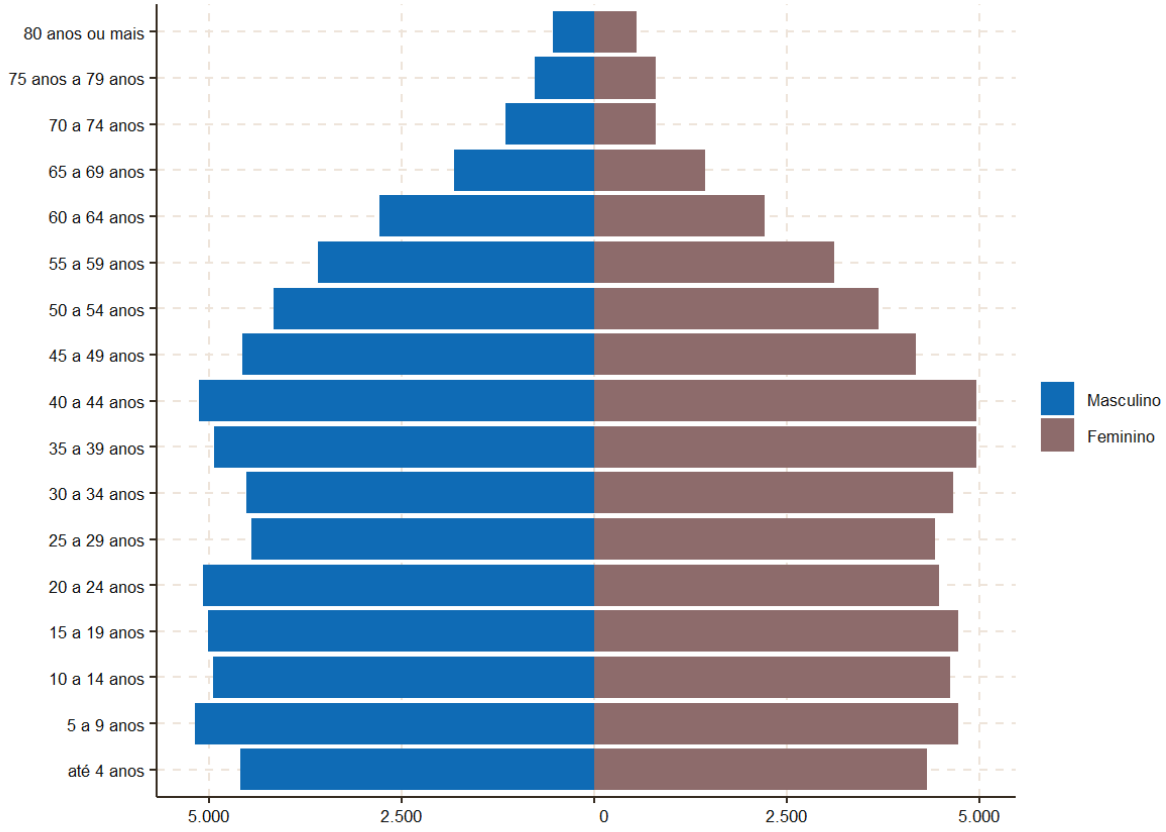
Figura 2: Distribuição da população por sexo, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

[6]Os dados apresentados correspondem às informações disponíveis em 03/07/2025 , considerando dados do último Censo do IBGE.

Figura 3: Distribuição da população por faixas de idade e sexo, Área Rural, 2024

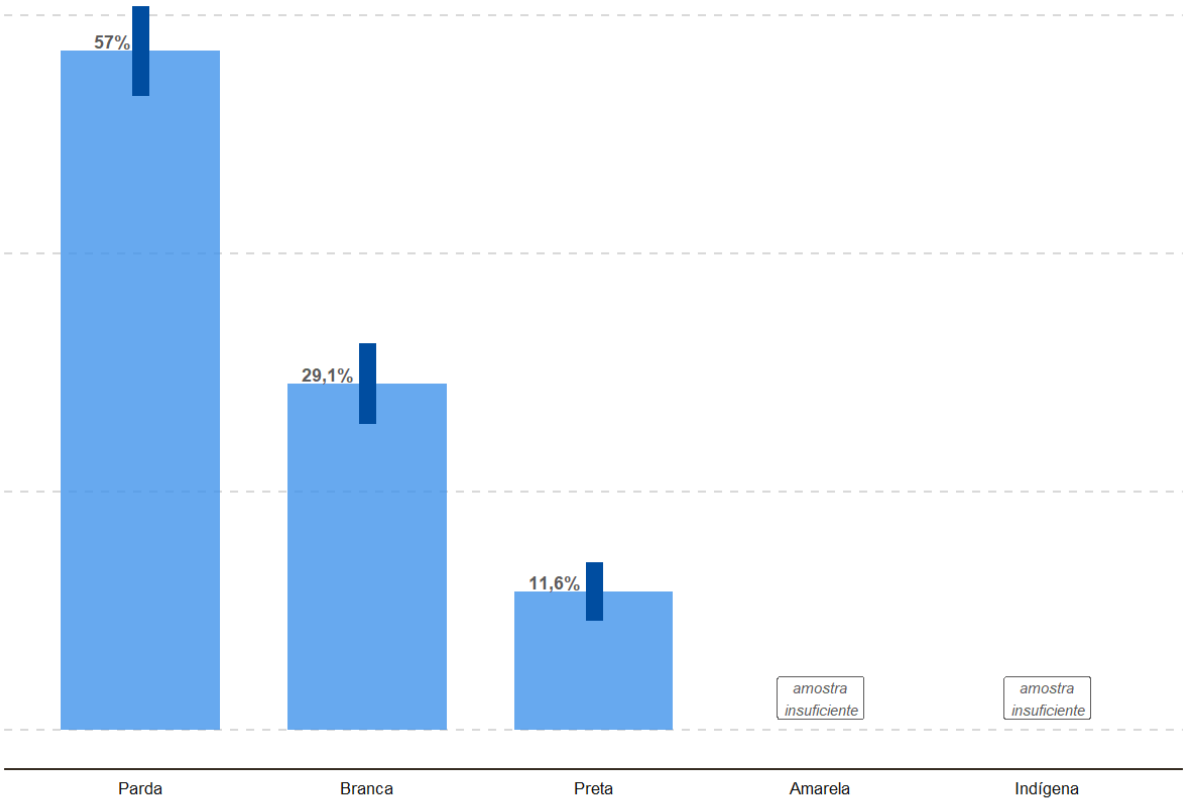


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

No que se refere à raça/cor da pele, verificou-se que a resposta mais comum foi parda, para 57% dos moradores (Figura 4). Quanto à religião, a resposta mais comum foi católica, para 48,5% dos moradores (Figura 5). Em relação ao estado civil, 50,5% da população com 14 anos de idade ou mais se declararam casados (Figura 6).

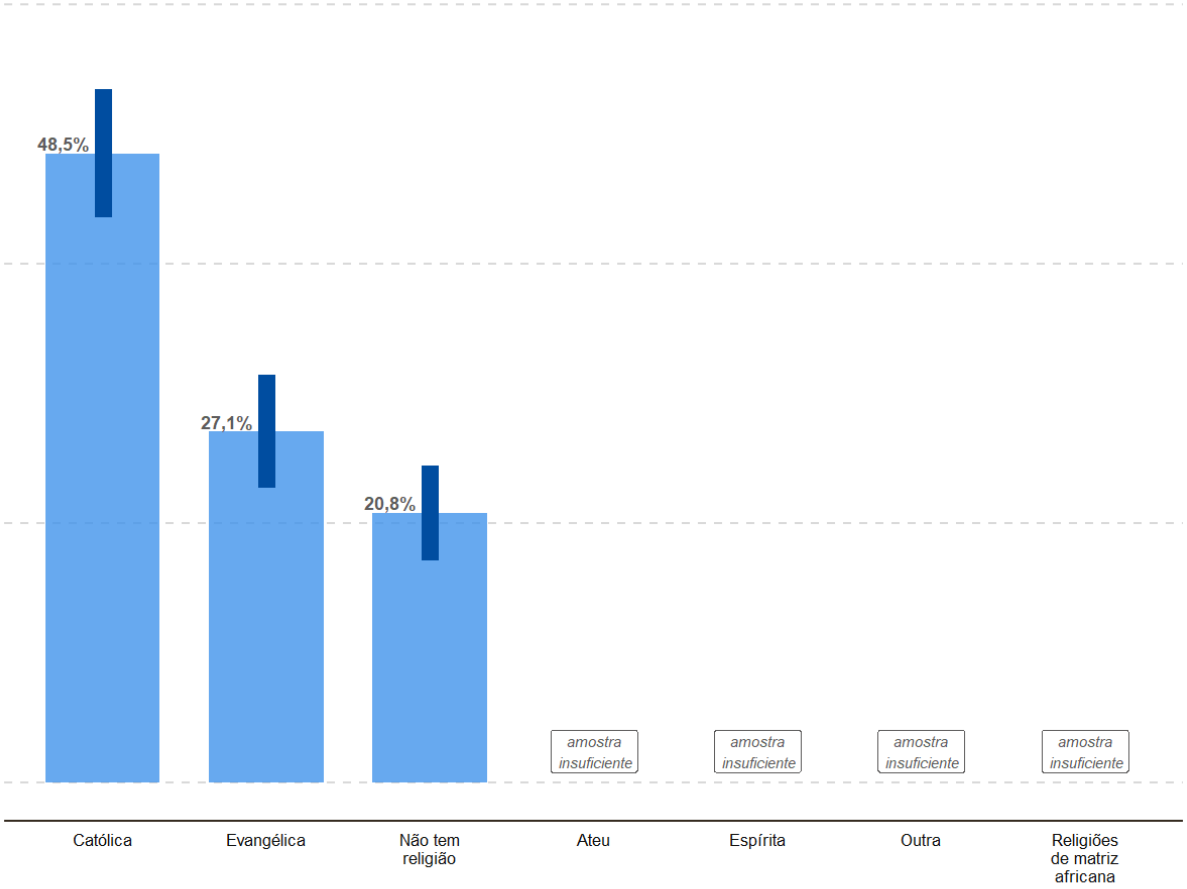
Por fim, em relação à posse de carteira nacional de habilitação (CNH), 49,3% dos moradores de 18 anos de idade ou mais afirmaram ter o documento (Figura 7).

Figura 4: Distribuição da população por raça/cor da pele, Área Rural, 2024



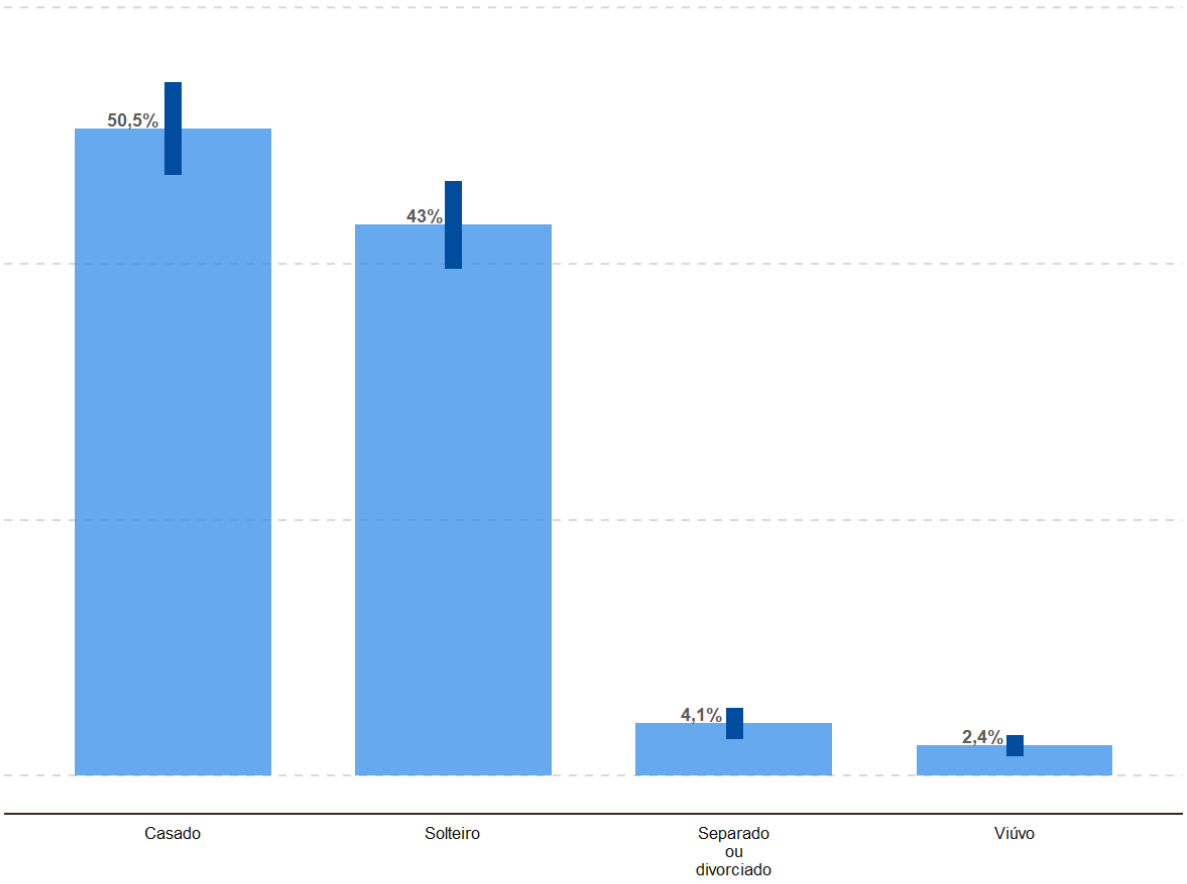
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 5: Distribuição da população por religião, Área Rural, 2024



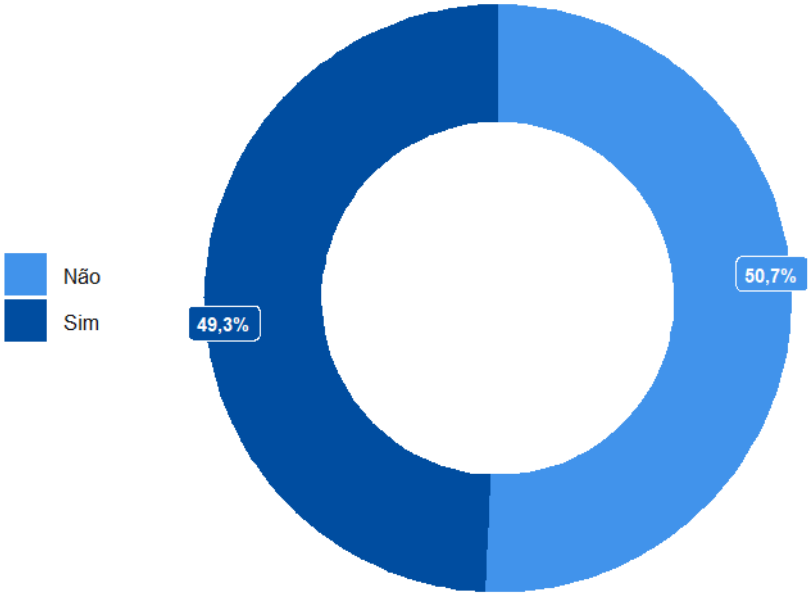
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 6: Distribuição da população por estado civil (14 anos ou mais), Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 7: Pessoas com 18 anos ou mais que possuíam CNH, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

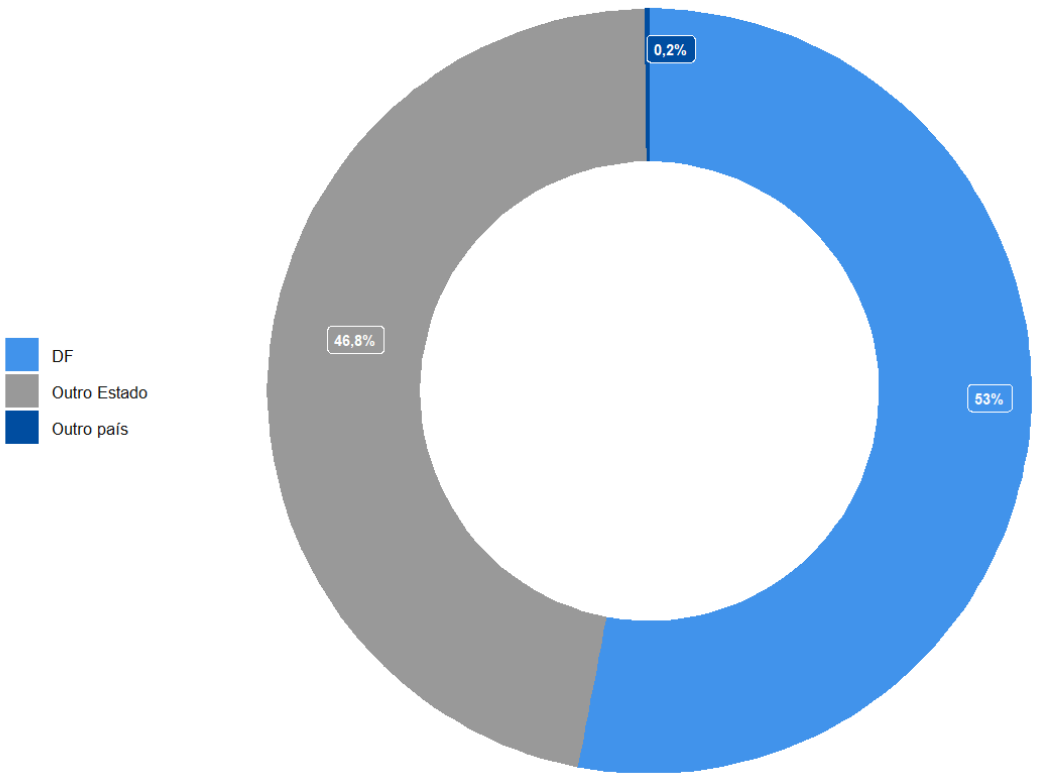
4.1. Migração

Segundo dados da PDAD-A 2024, 53% da população de Área Rural declarou ter nascido no Distrito Federal. Entre as unidades da federação, Distrito Federal e Bahia apresentaram os maiores percentuais de naturais entre os residentes: 53,1% e 8,6% respectivamente.

Ao analisar a origem dos residentes não naturais por grandes regiões do Brasil, observa-se que a região Nordeste concentra a maior parcela da população residente da RA Área Rural, 60,8% (Figura 10).

Para todos os moradores, o tempo médio de moradia no DF é 25 anos, enquanto o tempo médio de moradia na região administrativa em que vivem é 20,1 anos. Sobre aqueles que mudaram de local de moradia, foi questionada a motivação que os levou a fazer isso. Para 37,3% dos responsáveis dos domicílios, trabalho foi a principal razão da movimentação (Figura 11).

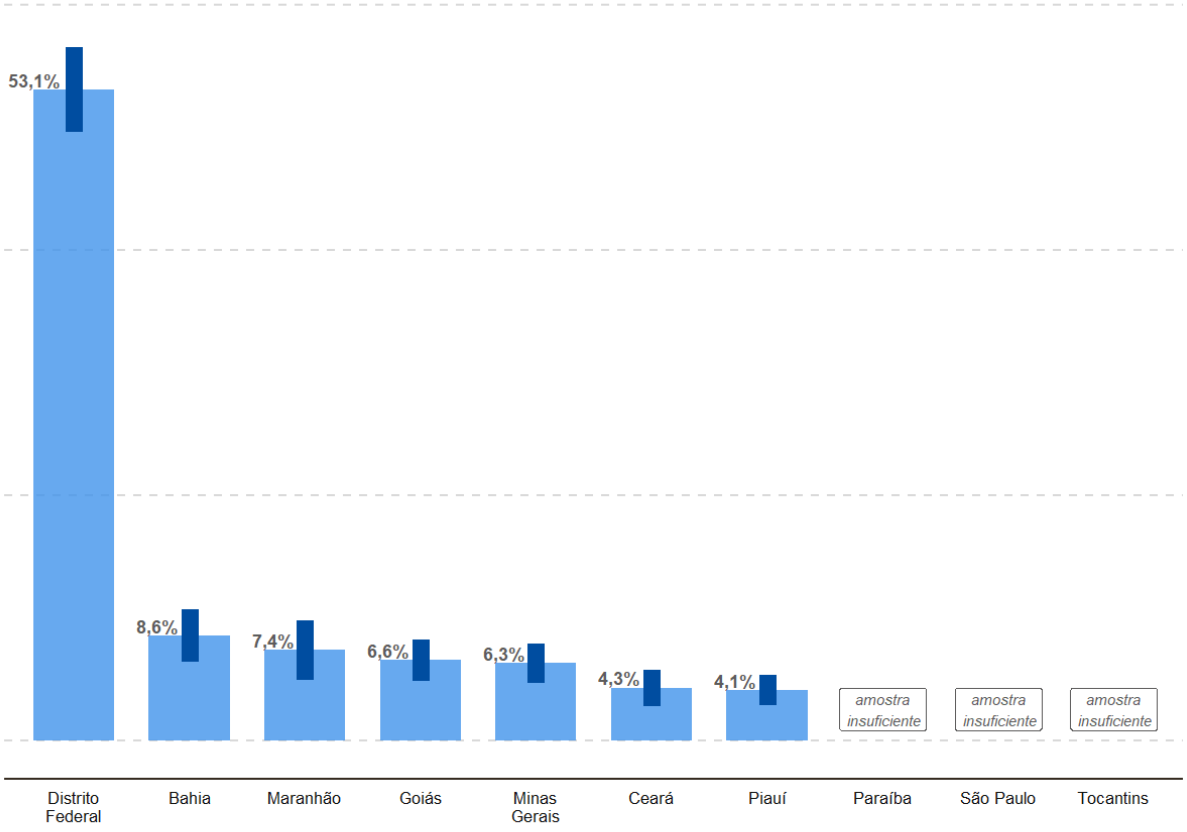
Figura 8: Percentual de pessoas segundo local de nascimento, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

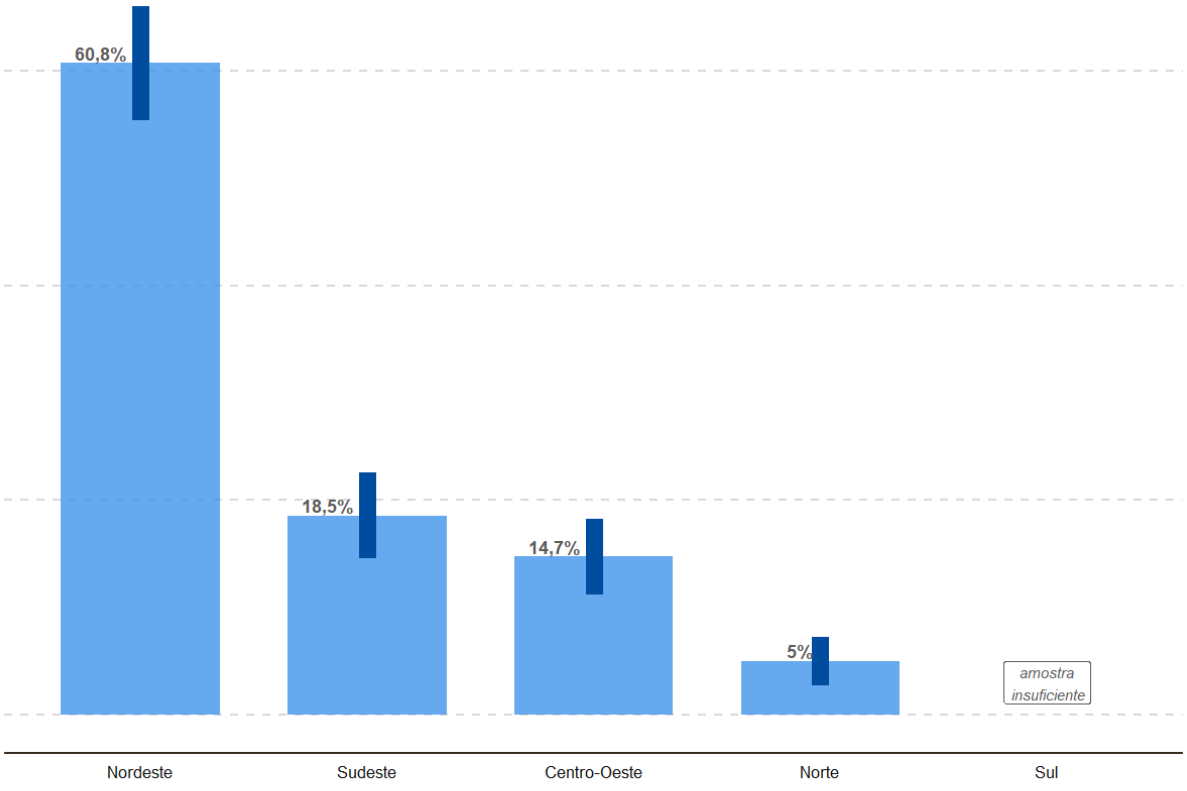
Segundo os moradores com 14 anos de idade ou mais , 3,9% afirmaram ter intenção de constituir um novo domicílio (Figura 12).

Figura 9: Estado de origem, Área Rural, 2024



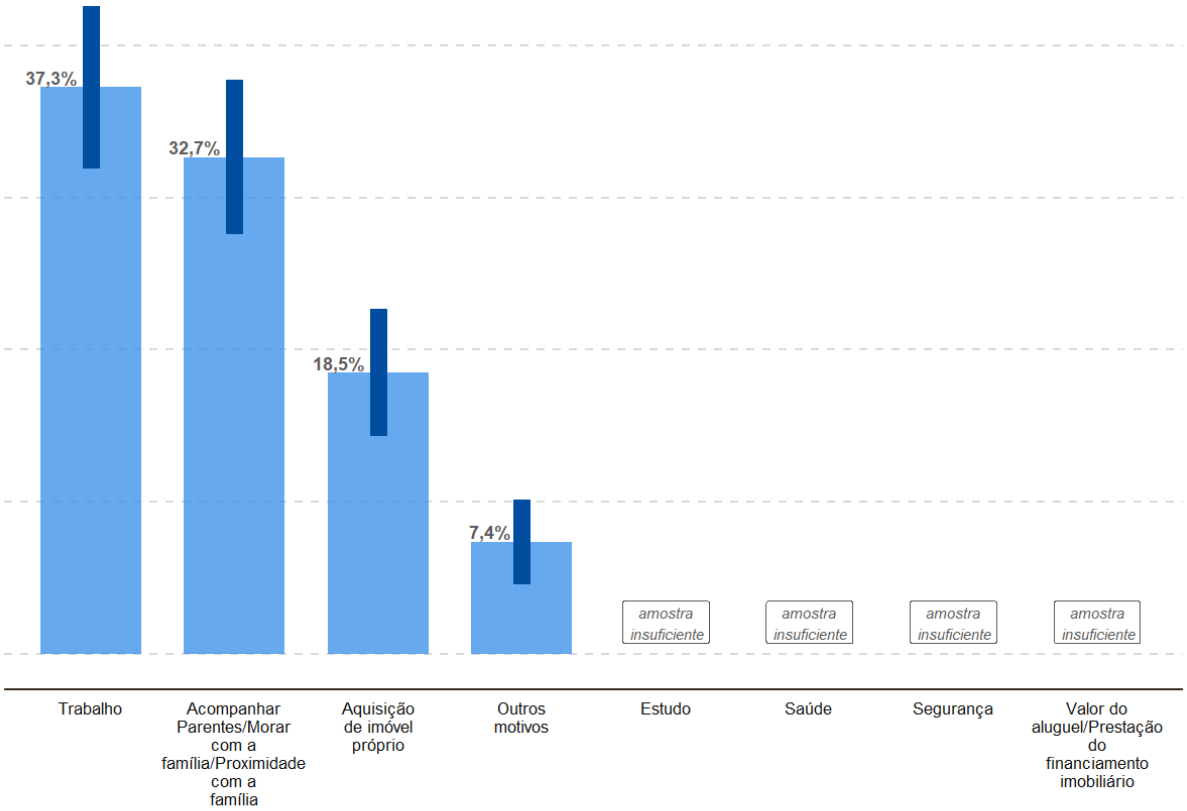
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024
Obs.: São reportadas até o limite das dez maiores categorias.

Figura 10: Residentes não naturais segundo região de origem, Área Rural, 2024



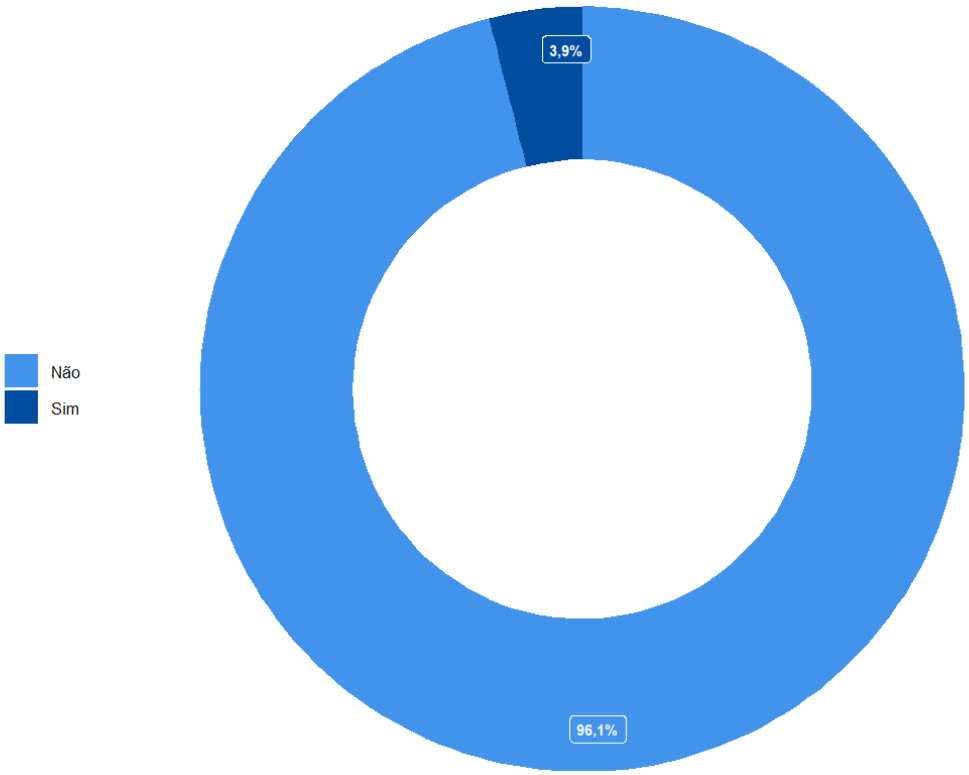
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024
Obs.: Não são considerados os nascidos no Distrito Federal ou que não sabem o local de nascimento .

Figura 11: Distribuição da motivação de mudança do último local de moradia do responsável do domicílio, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

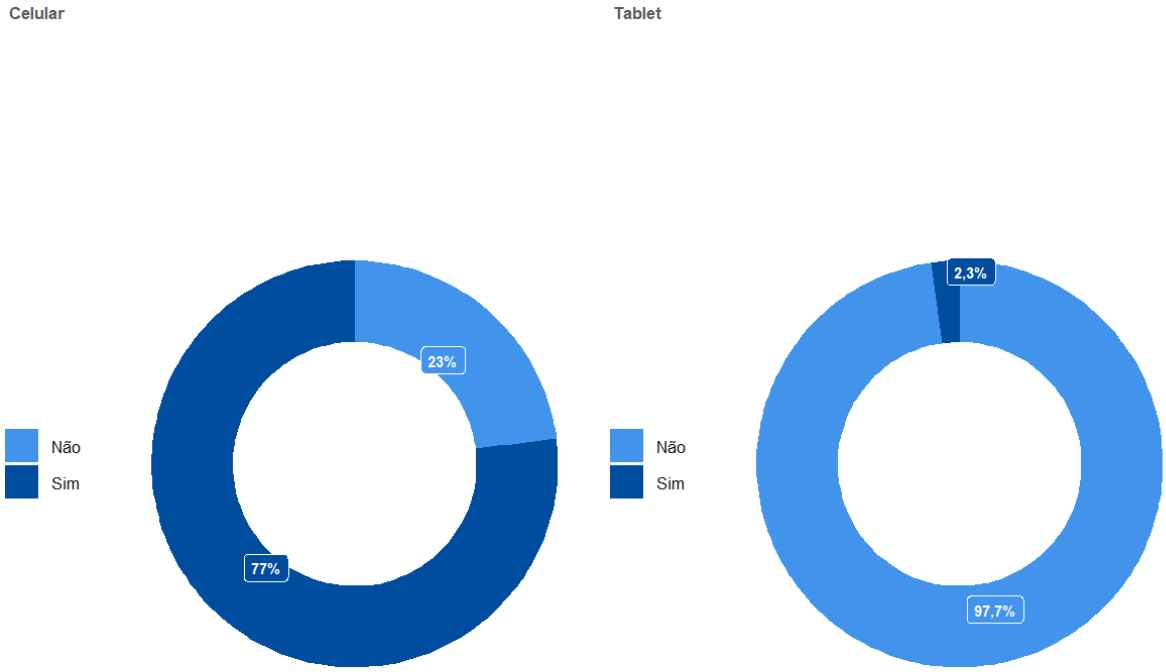
Figura 12: Intenção de formar novo domicílio particular nos próximos 12 meses, Área Rural, 2024



4.2. Comunicação

Sobre o acesso à comunicação, 77% dos entrevistados declararam possuir ao menos um celular para uso pessoal, enquanto 2,3% declararam possuir ao menos um tablet (Figura 13). Quanto ao tipo de linha, 45,7% afirmaram utilizar pré-paga e 29,4% pós-paga[7] (Figura 14).

Figura 13: Posse de celular e tablet para uso pessoal, Área Rural, 2024

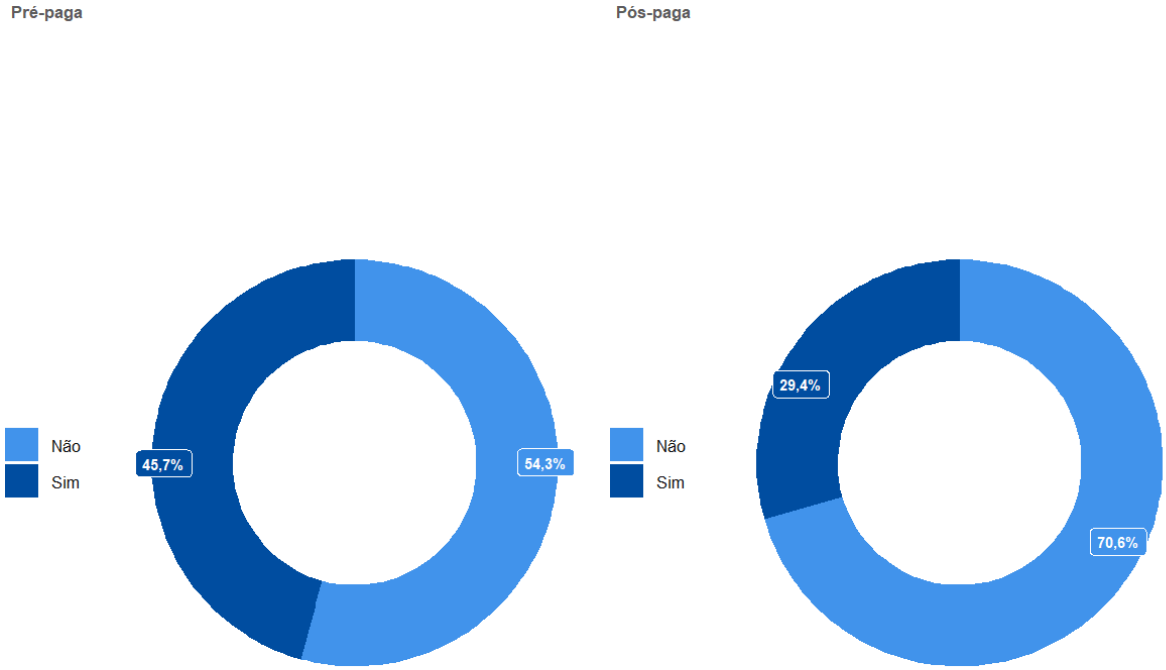


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Perguntados se acessaram à internet nos últimos três meses, 84,2% dos entrevistados responderam afirmativamente. Sobre os meios de acesso, 19,3% se conectaram por meio de computador ou notebook, 97,6% por meio de celular ou tablet, 32,7% por televisão e 3,9% por outros meios[8] (Figuras 15 e 16).

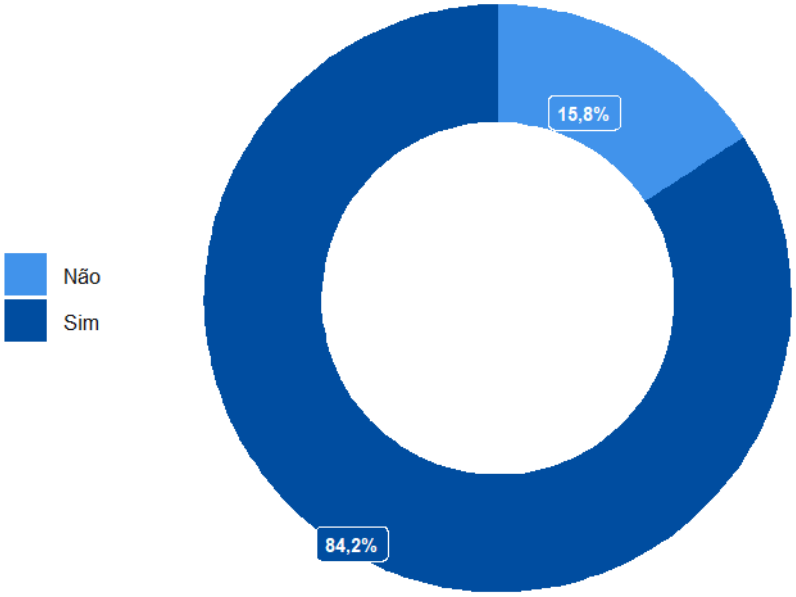
[7] Um morador poderia ter, simultaneamente, tanto linha pré-paga quanta pós-paga.
[8] O mesmo morador pode ter acessado a internet por mais de um meio.

Figura 14: Posse de linha pré-paga e pós-paga para uso pessoal, Área Rural, 2024



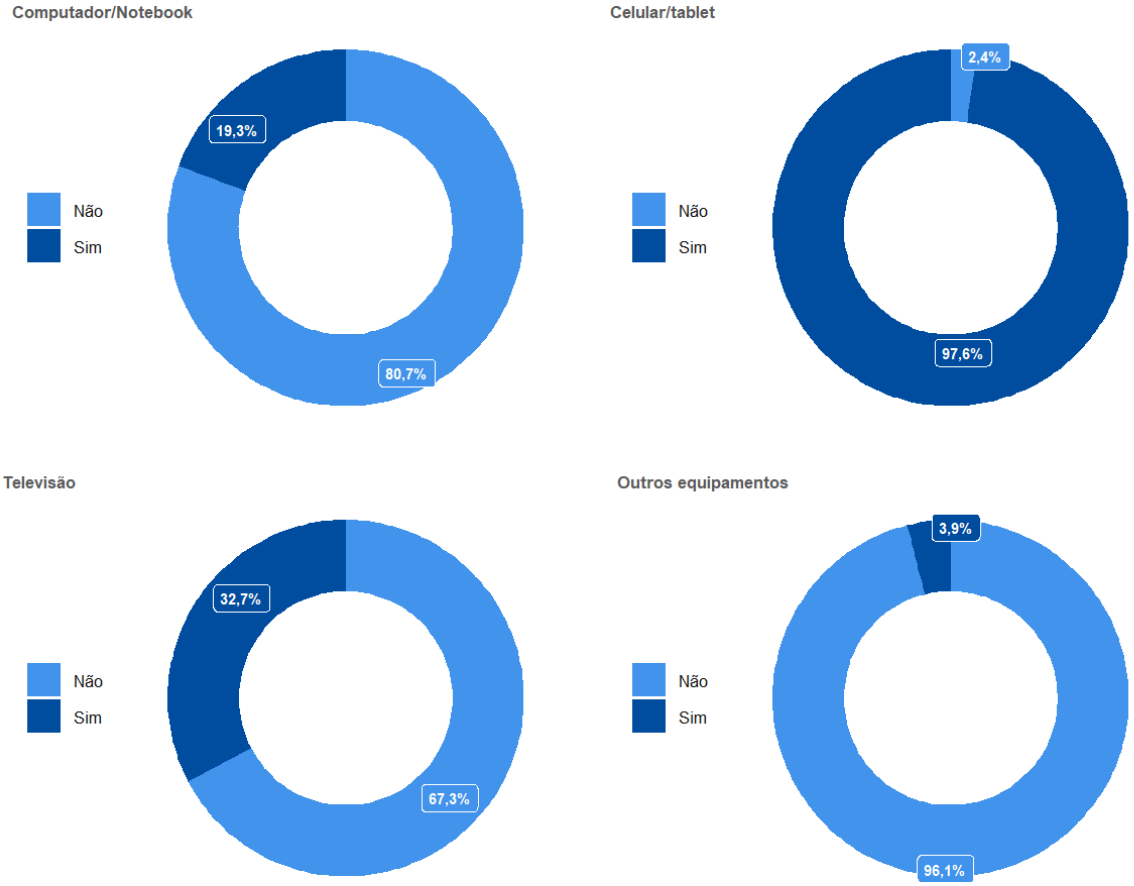
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 15: Acesso à internet nos últimos três meses, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 16: Meios de acesso à internet nos últimos três meses, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

4.3. Saúde

No quesito saúde, a pesquisa levantou informações sobre pessoas com deficiência.Em relação à visão, 86,7% declararam que “não têm dificuldade” para enxergar. Quanto à audição, 95,5% declararam que “não têm dificuldade” para escutar. No que diz respeito à locomoção, 93,6% informaram que “não têm dificuldade” para caminhar ou subir degraus. Além disso, 97,1% reportaram que não têm dificuldade decorrente de limitações nas funções mentais, e 96,8% não têm dificuldade para pegar pequenos objetos.(Figura 17).

Sobre o atendimento de saúde, 52,5% dos moradores informaram ter utilizado algum serviço nos últimos 12 meses (Figura 18).Entre as pessoas que declararam ter precisado/realizado atendimento em saúde, 87,6% responderam ter realizado atendimento em consulta/prevenção em geral (Figura 19) e 50,3% responderam ter realizado atendimento de emergência (Figura 20).

Já a localidade de atendimento predominante foi Área Rural (39,2%) (Figura 21).

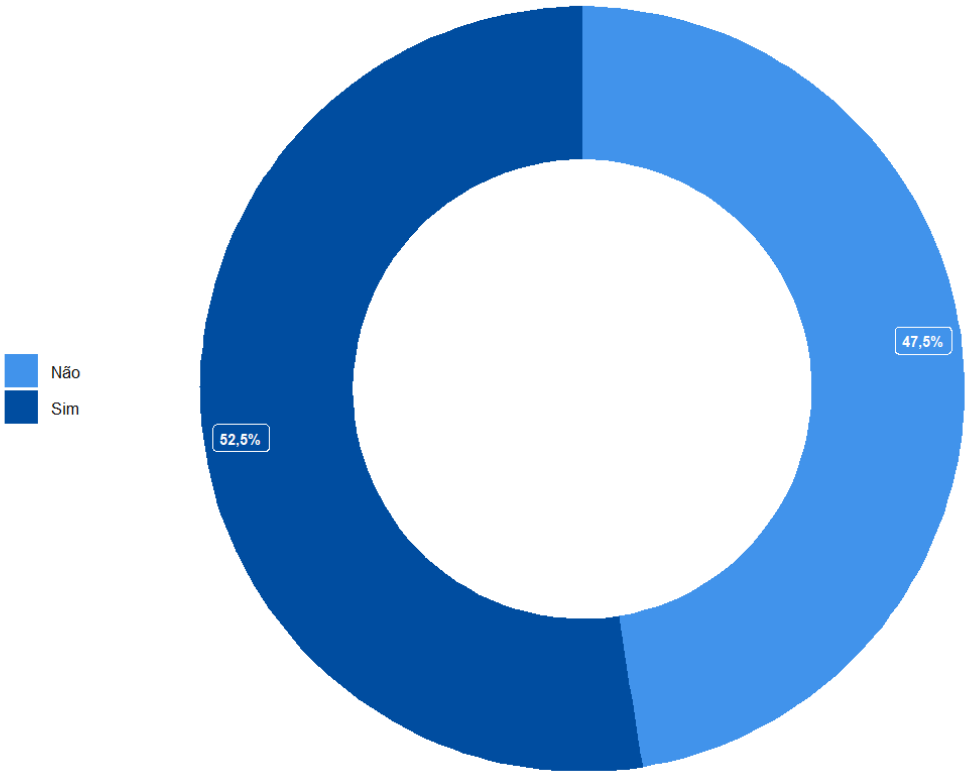
Sobre a cobertura de plano de saúde, verificou-se que 16,2% declararam ter este serviço (Figura 22).

Figura 17: Distribuição da população segundo grau de dificuldade para enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus, limitação nas funções mentais ou dificuldade para pegar pequenos objetos, Área Rural, 2024



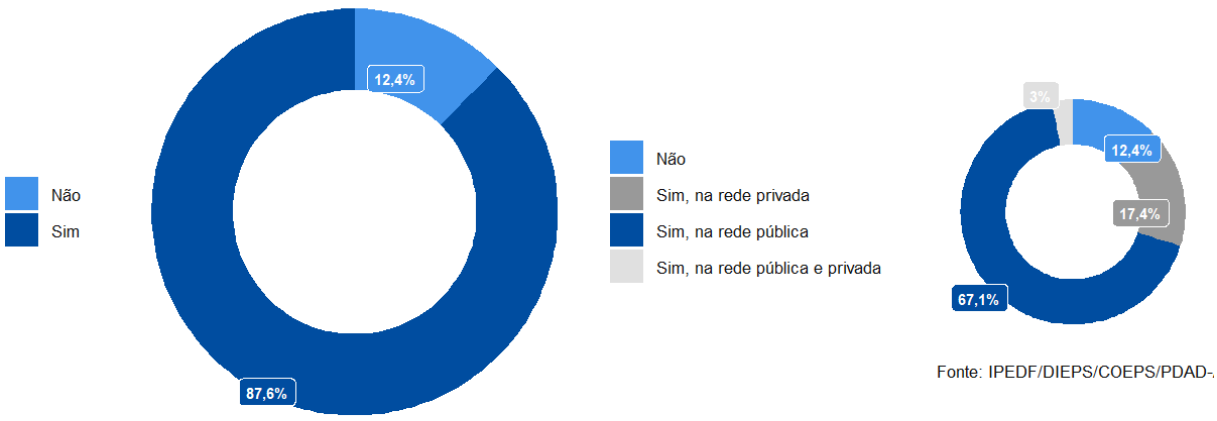
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 18: Nos últimos 12 meses precisou/realizou de atendimento em saúde, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 19: Atendimentos de saúde envolvendo consulta/prevenção em geral, Área Rural, 2024

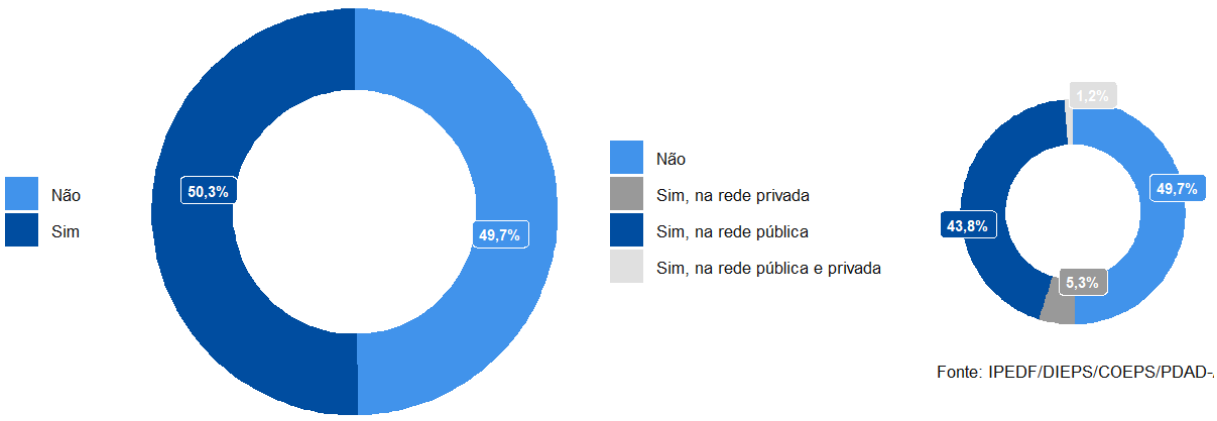


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-

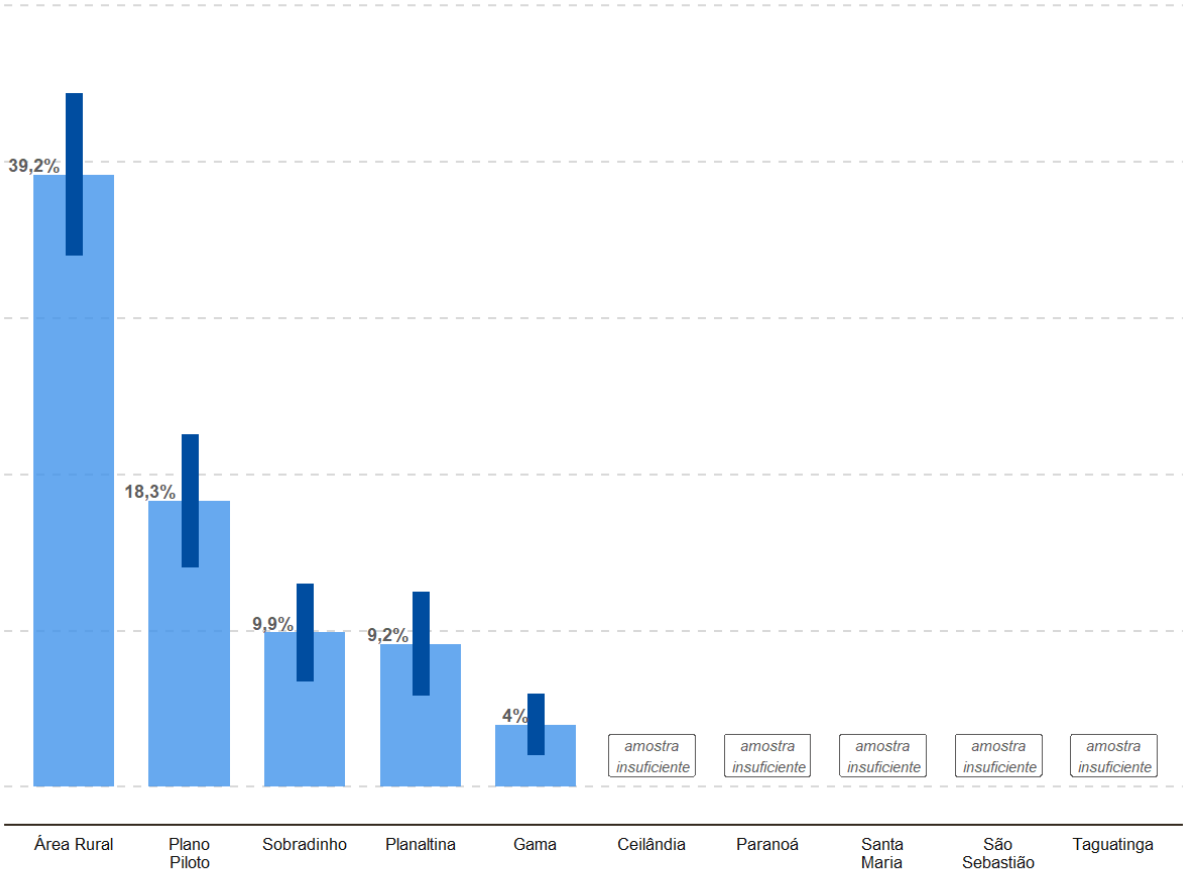
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 20: Atendimentos de saúde envolvendo emergência, Área Rural, 2024



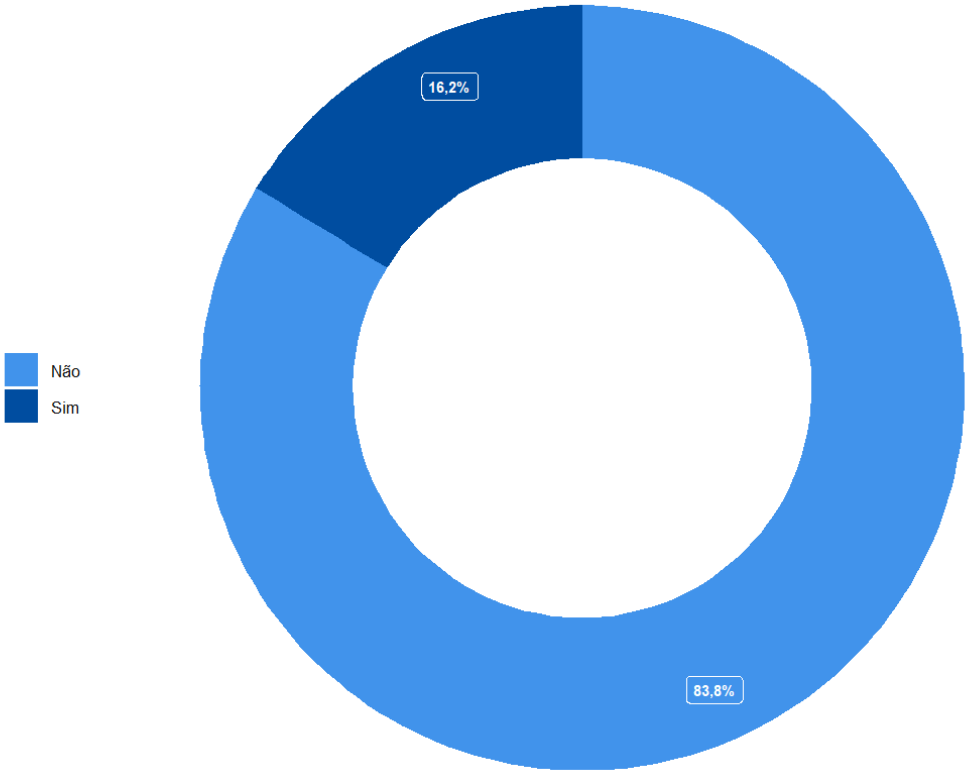
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 21: Última localidade procurada para o atendimento em saúde, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024
Obs.: São reportadas até o limite das dez maiores categorias

Figura 22: Posse de plano de saúde, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

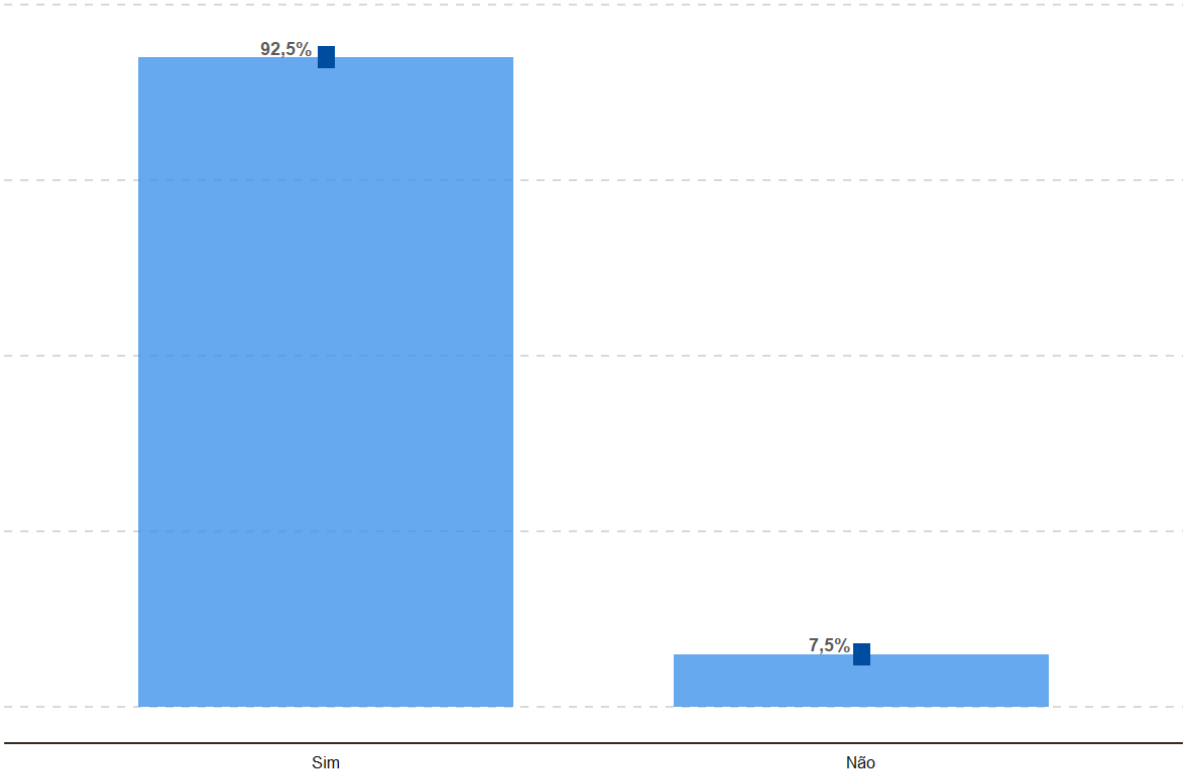
4.4. Educação

Sobre a escolaridade, 92,5% dos moradores com cinco anos de idade ou mais declararam saber ler e escrever (Figura 23)[9]. Em relação às pessoas entre 4 e 24 anos, 71,4% reportaram frequentar creche, escola ou faculdade/universidade (Figura 24).

Em relação ao meio de transporte principal da casa até a unidade de ensino, o mais utilizado é escolar público (48,6%) (Figura 25) e o tempo gasto no deslocamento é de mais de 15 até 30 minutos para 32,5% da população (Figura 26).

Por último, para 35,8% da população de 25 anos ou mais, a escolaridade mais alta é médio completo (Figura 27).

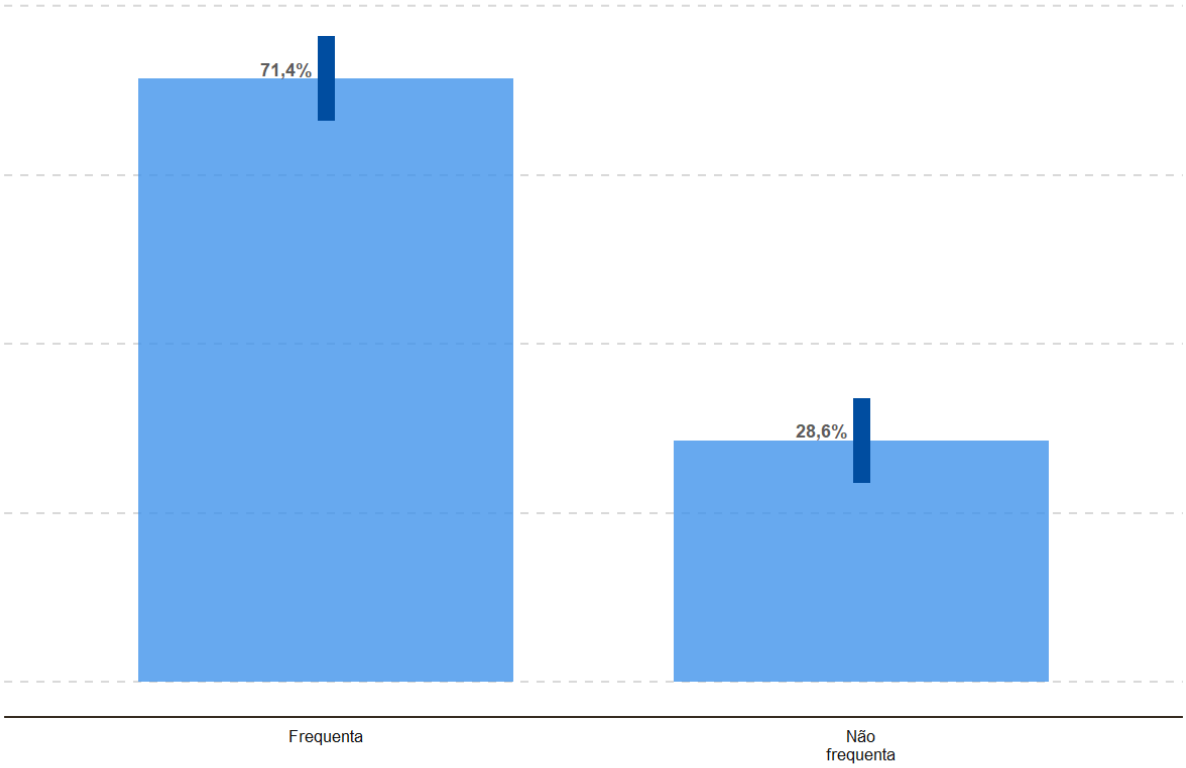
Figura 23: População com cinco anos de idade ou mais que declararam saber ler e escrever, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

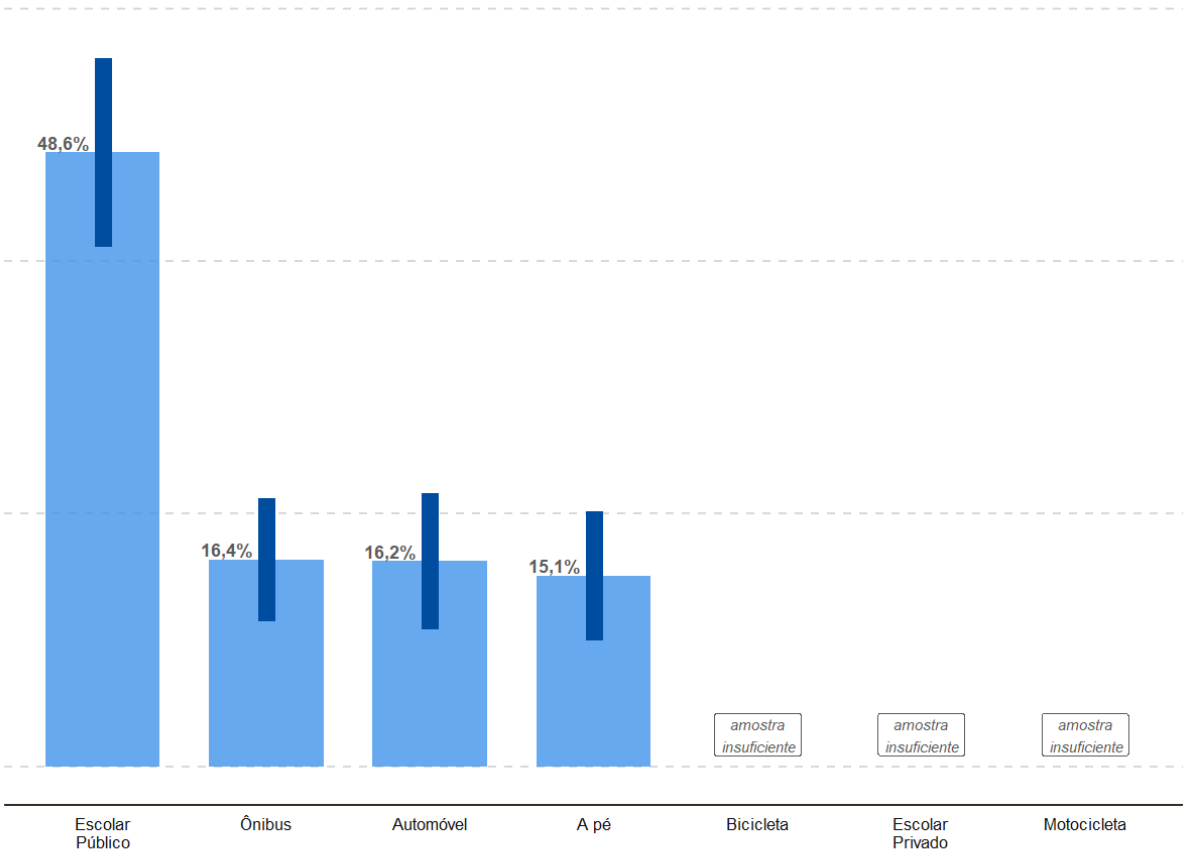
[9] O reporte deste resultado desconsidera quem não sabia responder à questão.

Figura 24: Distribuição da frequência escolar da população entre 4 e 24 anos, Área Rural, 2024



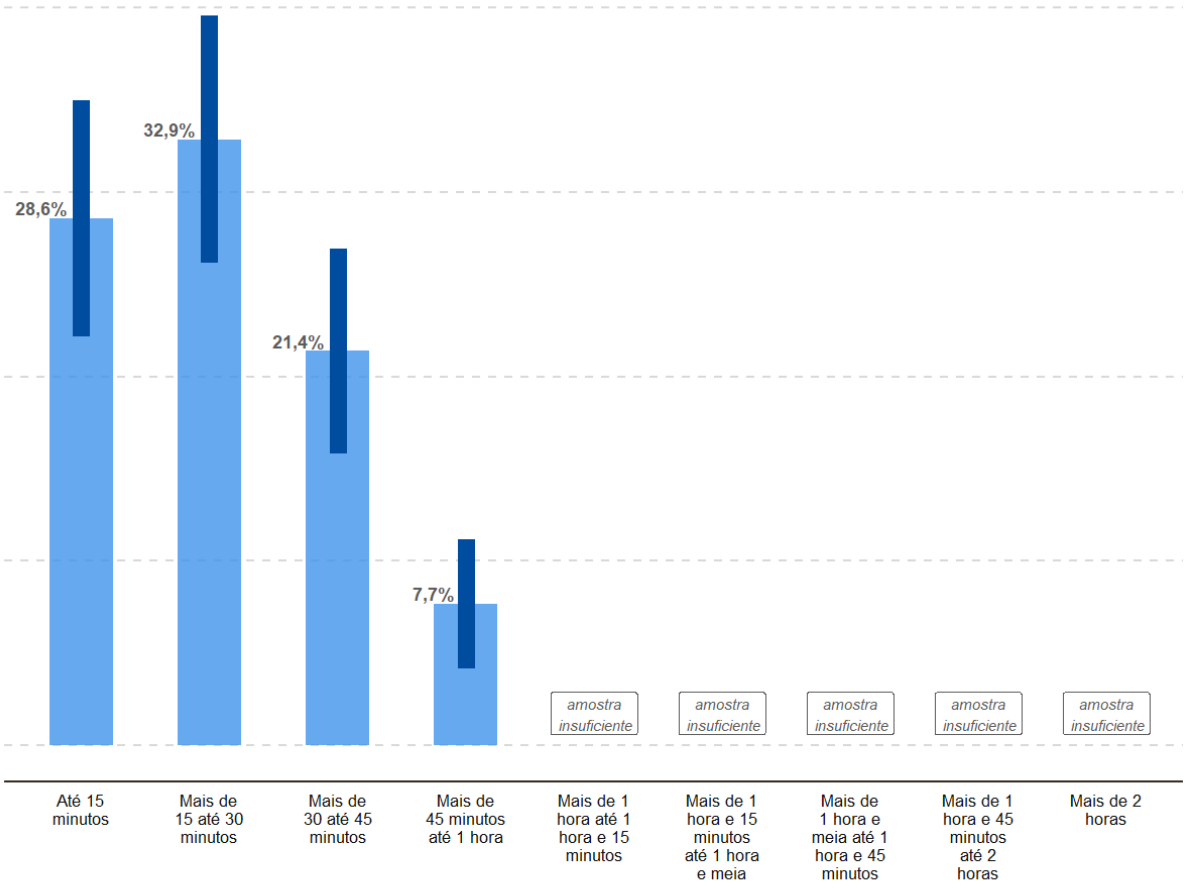
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 25: Principal meio de transporte da casa até a escola dos estudantes, Área Rural, 2024



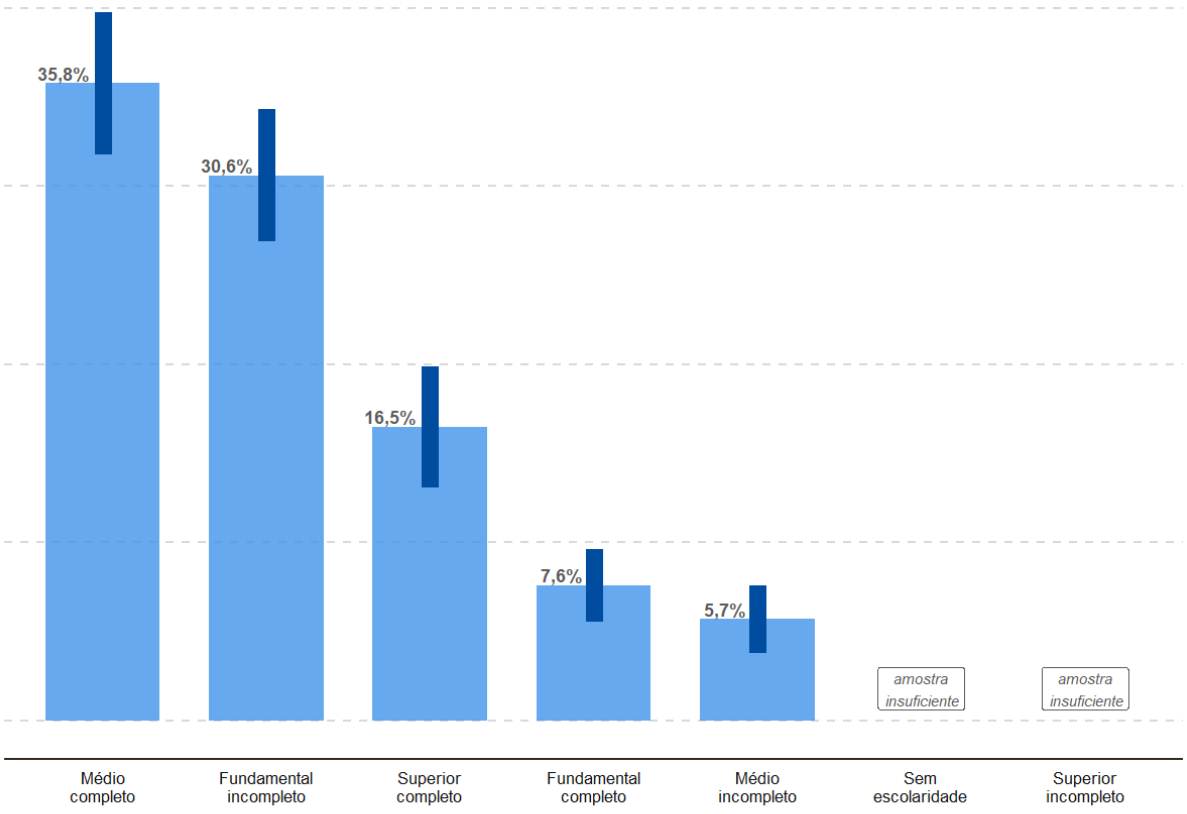
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 26: Tempo gasto no deslocamento entre o domicílio e a unidade de ensino, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 27: Escolaridade da população com 25 anos ou mais, Área Rural, 2024

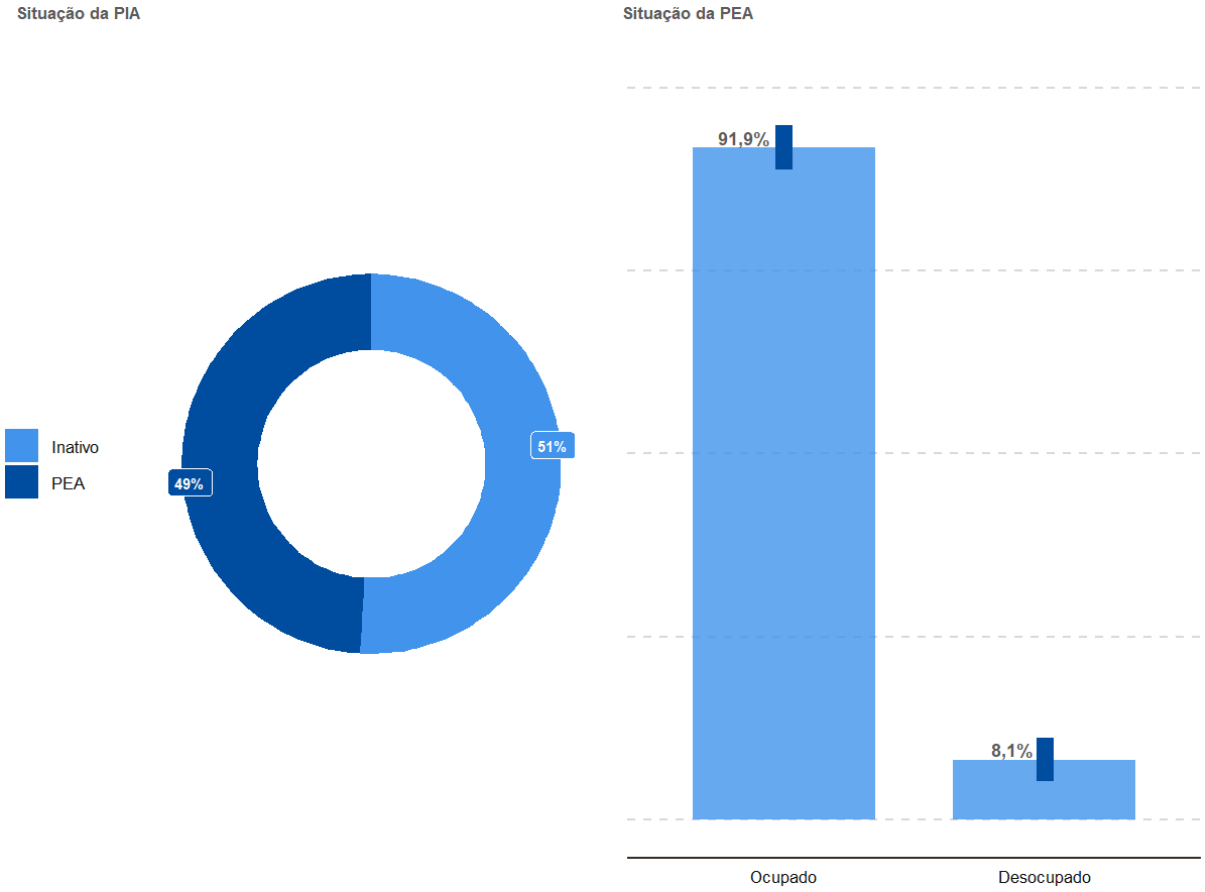


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

4.5. Trabalho

Considerando as pessoas com 14 anos ou mais (78,1%), também conhecida como população em idade ativa (PIA), 49% estavam economicamente ativas, isto é, ocupadas ou desocupadas[10] (Figura 28). Tendo como referência o período dos últimos 30 dias[11], a população desocupada compreendeu 8,1% dessa mesma faixa etária (Figura 28).

Figura 28: Taxa de participação das pessoas em idade ativa (14 anos de idade ou mais), Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Para os ocupados, o local onde a maioria dos respondentes declarou exercer seu trabalho principal foi Área Rural, com 43,7% (Figura 29).

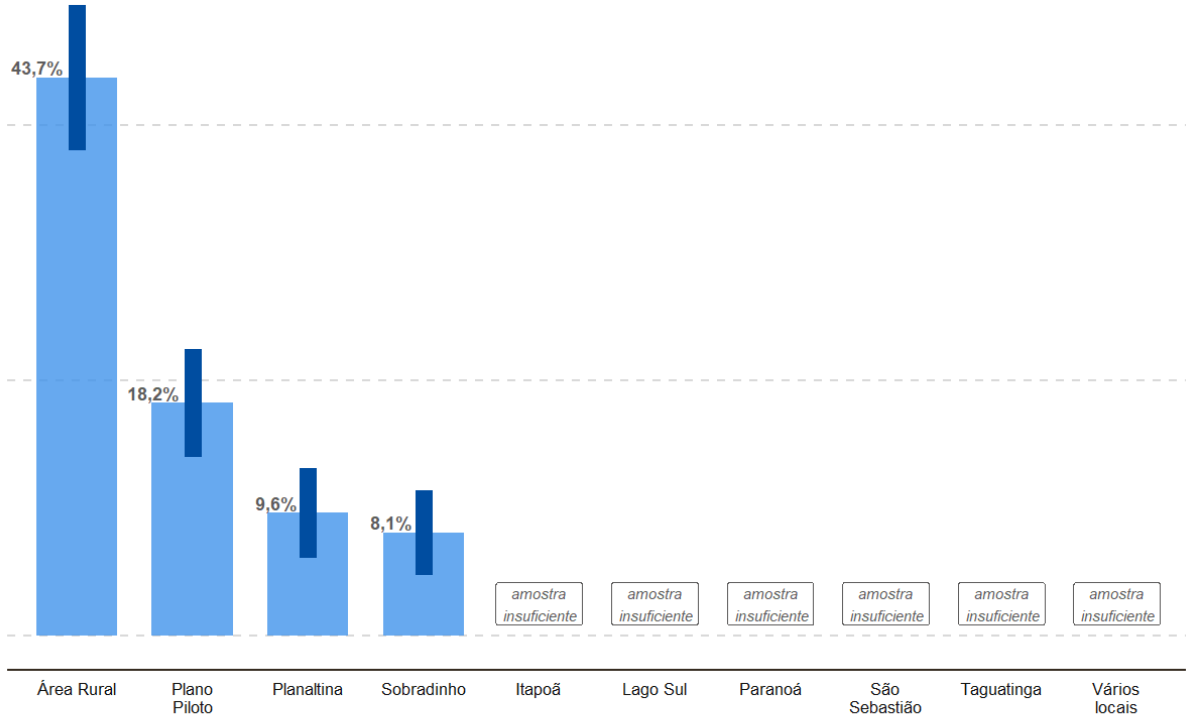
A posição na ocupação mais comum foi empregado no setor privado (exceto doméstico), para 53,4% dos entrevistados (Figura 30). Em média, os trabalhadores estavam há 7,7 anos na ocupação principal, e trabalhavam 42,1 horas por semana.

[10] São classificadas como desocupadas as pessoas que não tinham trabalho, mas procuraram por uma ocupação no período considerado.

[11] A partir da data da entrevista.

O regime de trabalho mais comum é presencial, representando 96,3% do total (Figura 31).

Figura 29: Região Administrativa/Município do trabalho, Área Rural, 2024



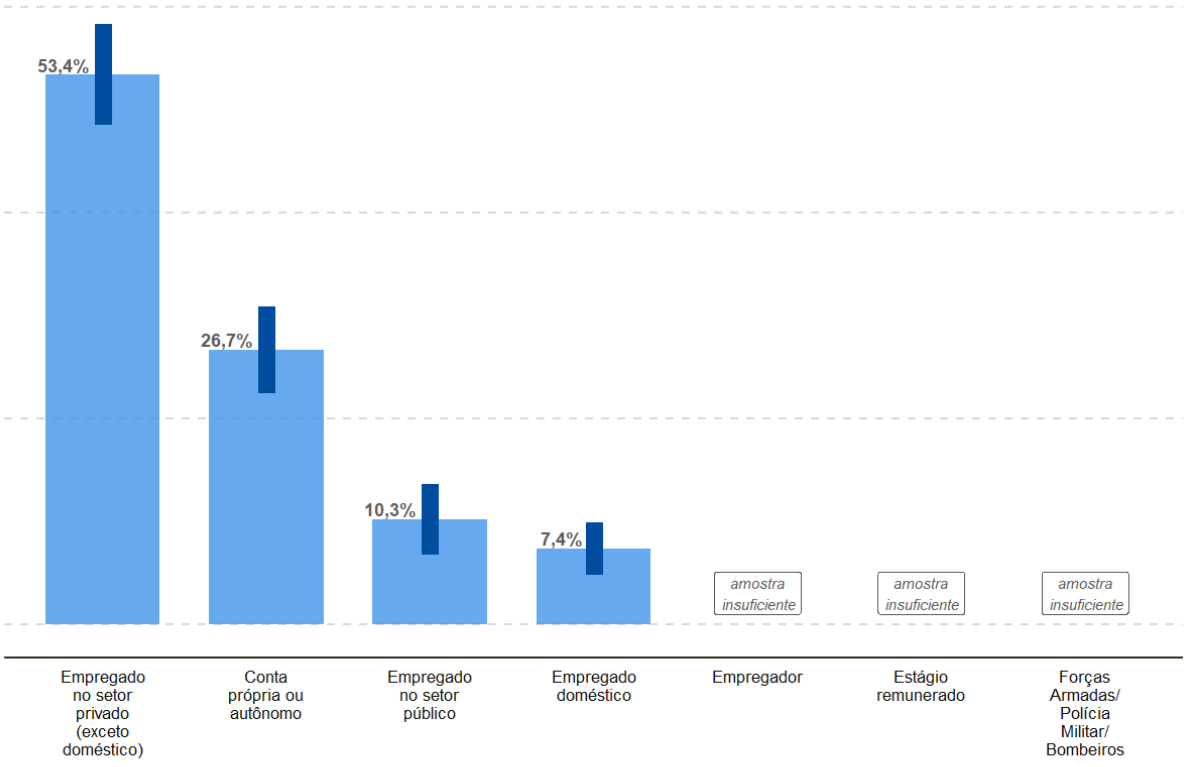
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024
Obs.: São reportadas até o limite das dez maiores categorias.

Sobre os trabalhadores do setor público, a principal área de atuação era estadual/distrital (58,6%) (Figura 32).

Sobre os empreendedores (sócios de cooperativas, autônomos, empregadores, donos de negócios familiares e profissionais liberais), 30,6% eram microempreendedores individuais (MEI) e 41,4% possuíam Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) (Figura 33).

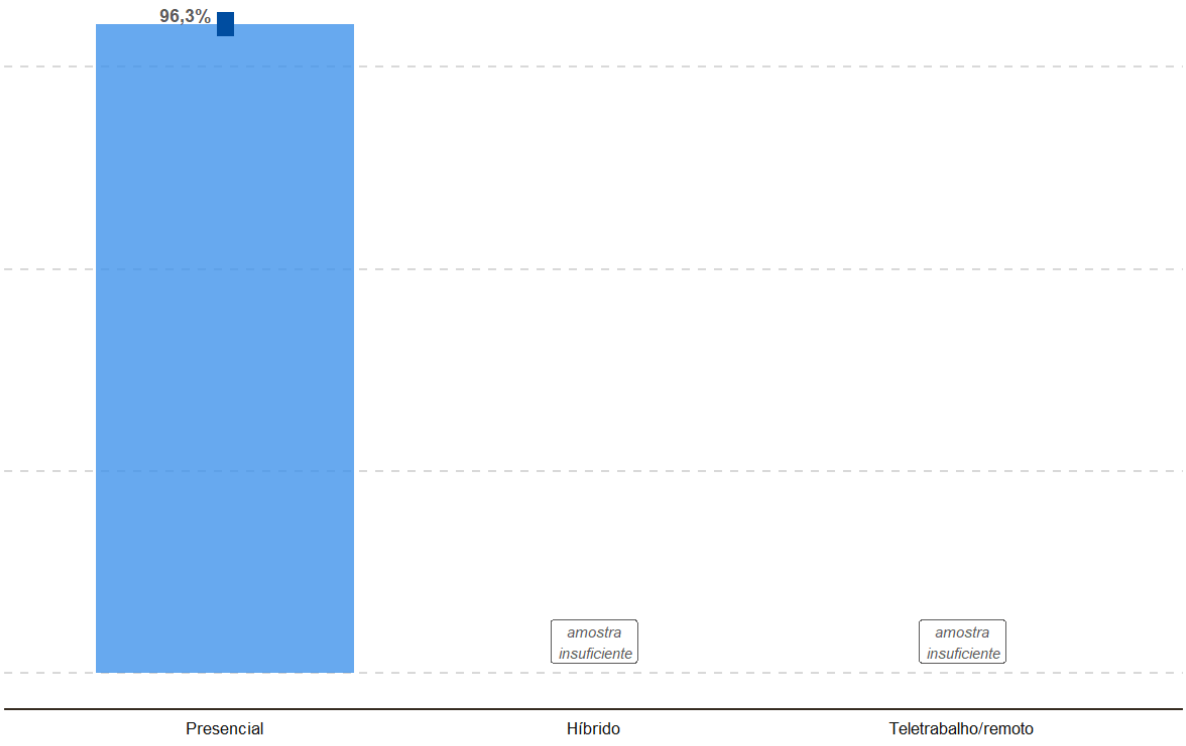
No que tange ao deslocamento para o trabalho, o principal meio de transporte reportado foi a pé, segundo 35,3% dos entrevistados (Figura 34). Sobre a duração deste trajeto, até 15 minutos foi o tempo de deslocamento mais reportado 46,5% dos respondentes, (Figura 35).

Figura 30: Posição no trabalho principal, Área Rural, 2024



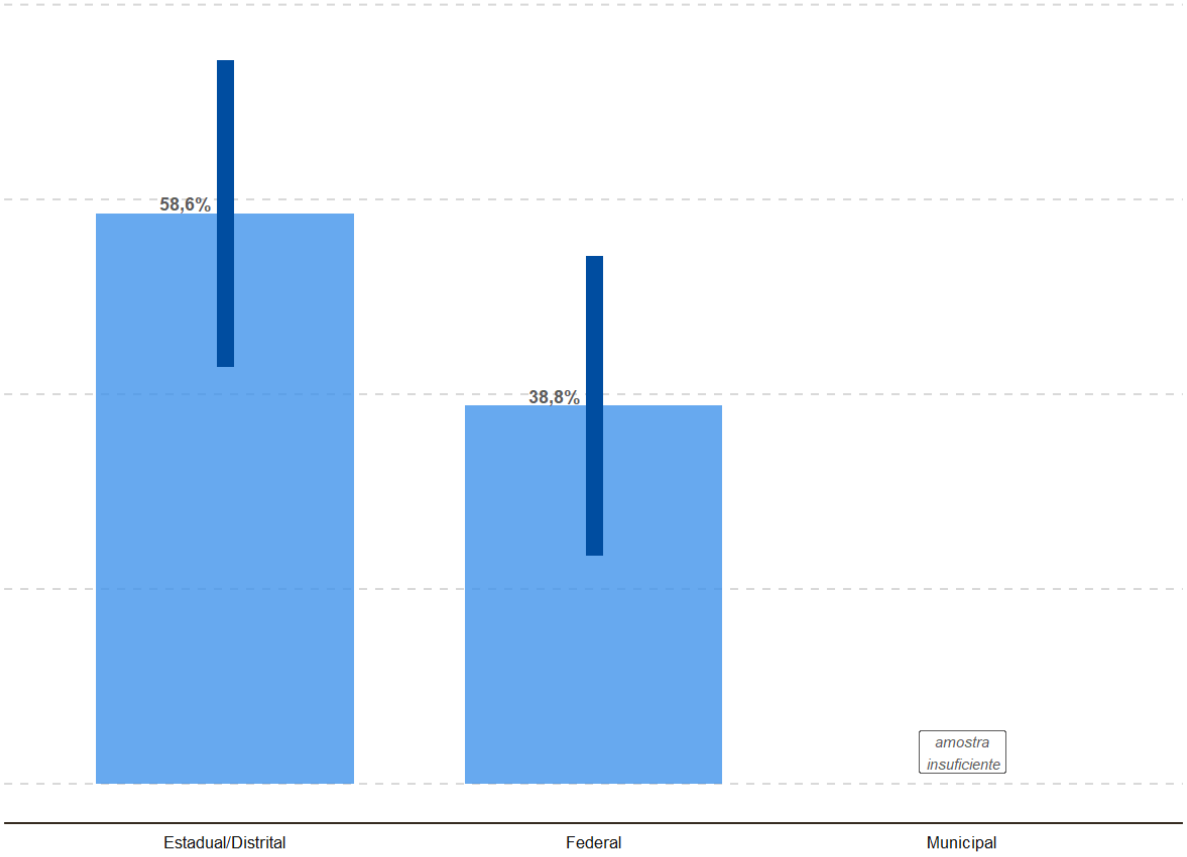
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 31: Regime de trabalho, Área Rural, 2024



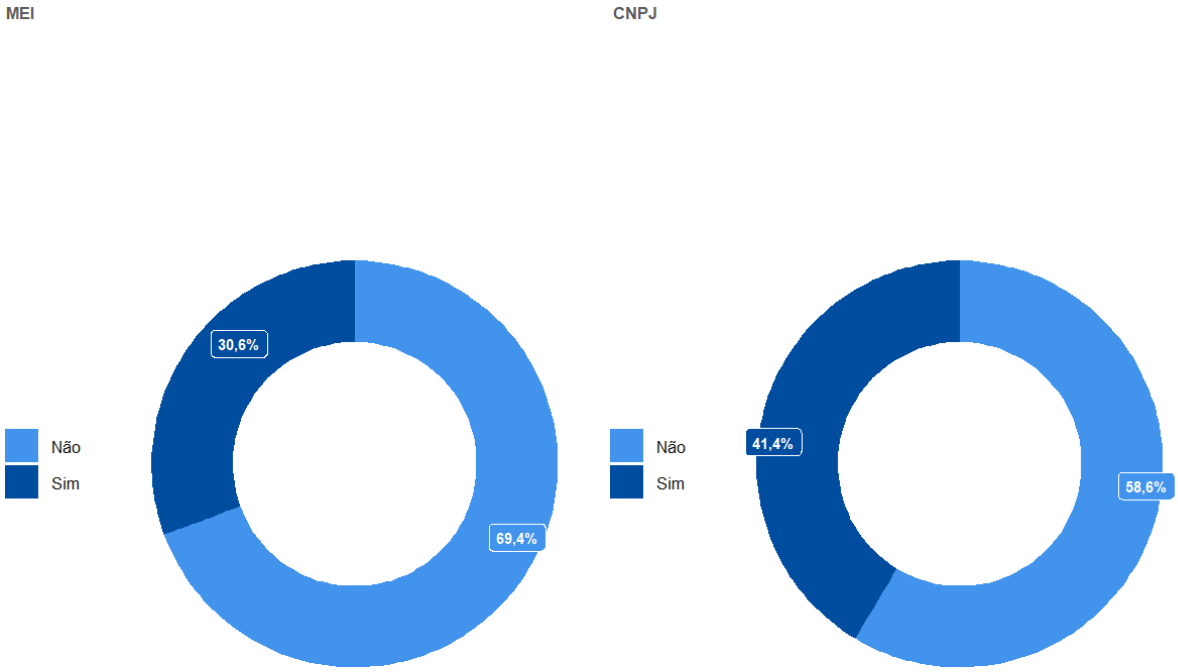
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 32: Área de atuação e modalidade de contratação dos servidores/empregados públicos, Área Rural, 2024



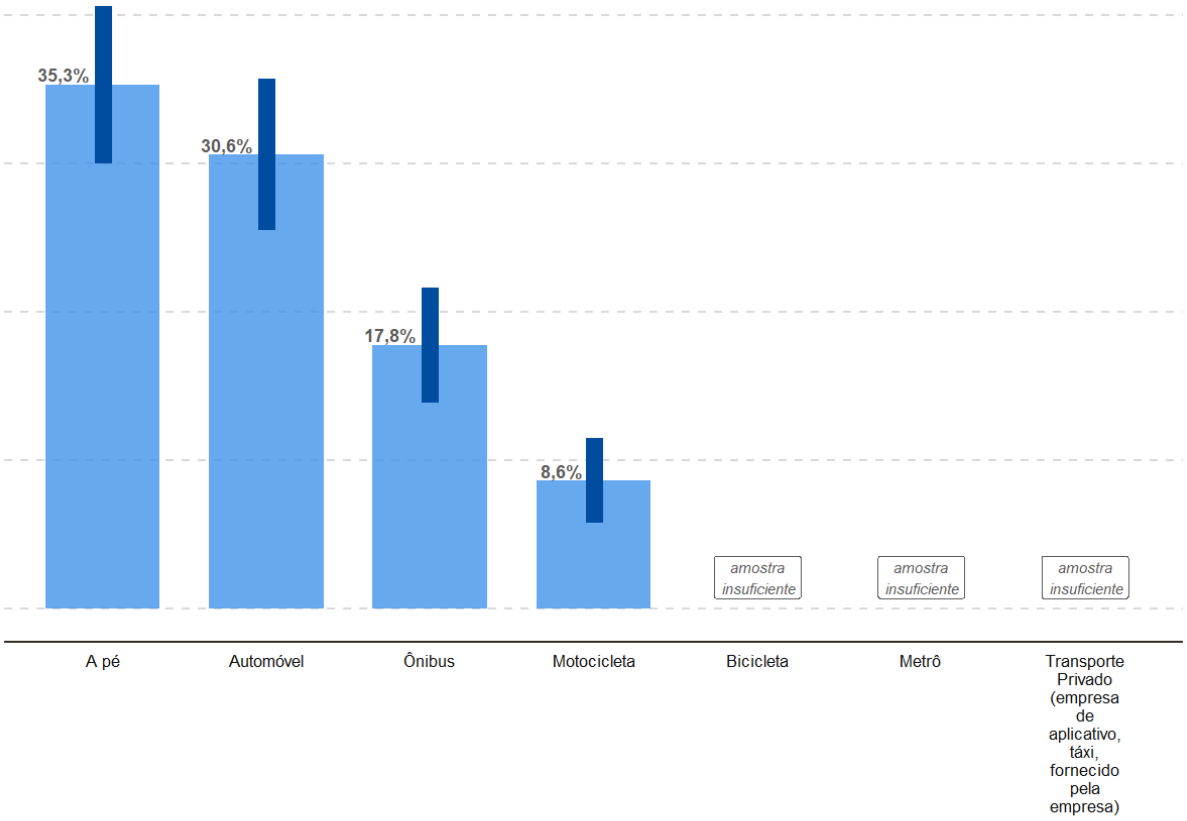
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 33: Empreendedores segundo cadastro de Microempreendedores Individuais (MEI) e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), Área Rural, 2024



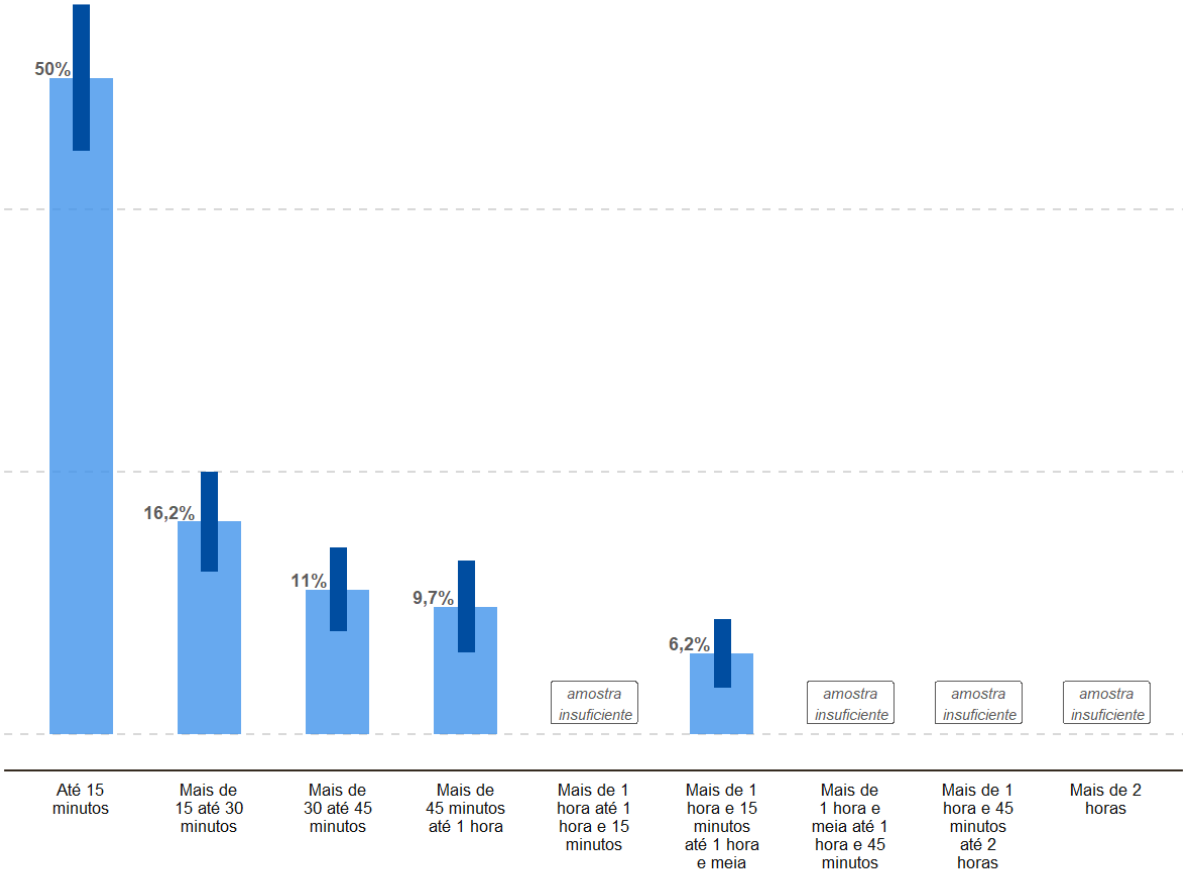
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 34: Principal meio de transporte da casa até o local de trabalho, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

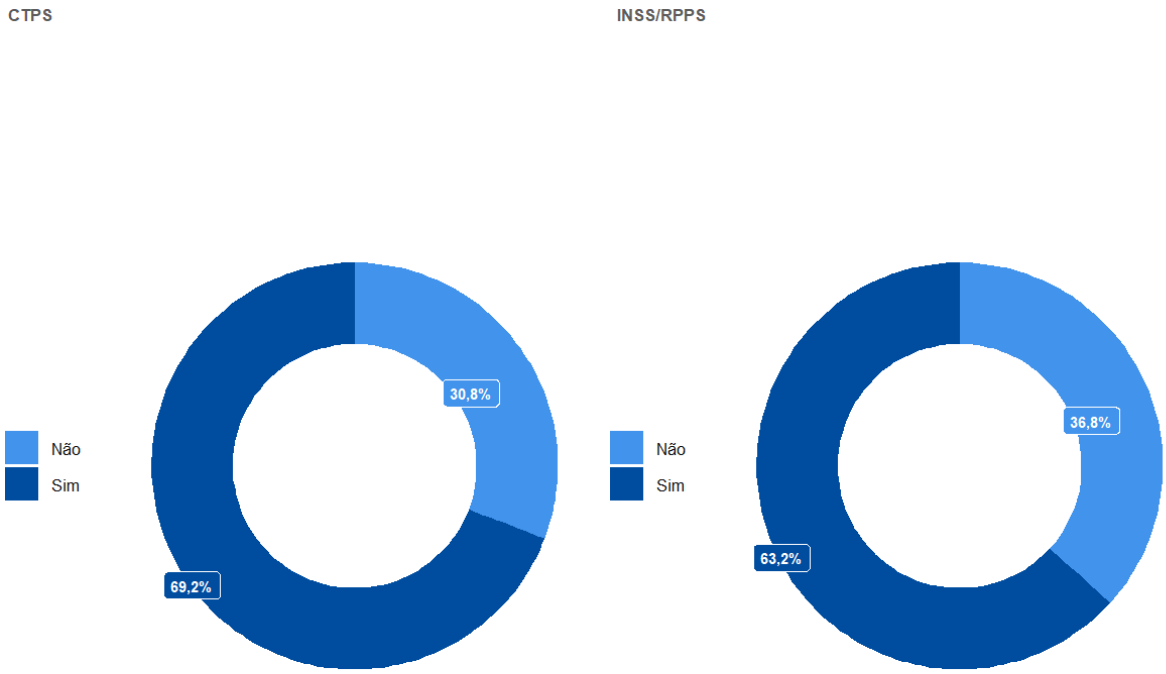
Figura 35: Tempo gasto no meio de transporte da casa até o trabalho, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Sobre a formalização dos assalariados privados, 69,2% informaram ter carteira de trabalho assinada pelo atual empregador[12]. Sobre a cobertura da previdência social pública (INSS), 63,2% dos assalariados privados declararam fazer a contribuição[13] (Figura 36).

Figura 36: Distribuição dos assalariados privados segundo posse de carteira de trabalho assinada (CTPS) e contribuição ao INSS, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

[12] Para este resultado foram desconsideradas as pessoas que não souberam responder e aquelas que disseram não ter carteira assinada por serem funcionários públicos.

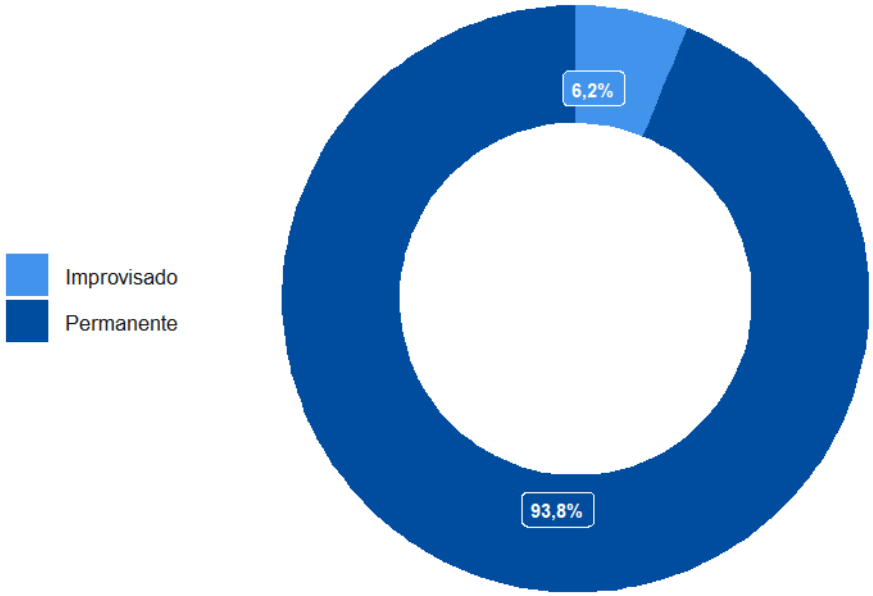
[13] Para este resultado foram considerados os empregados no setor privado, trabalhadores domésticos, estagiários remunerados, aprendizes e autônomos.

5. RESULTADOS – DOMICÍLIOS

Características dos domicílios

A unidade de observação utilizada nesta pesquisa foi o domicílio particular, tendo-se um número estimado de **49.549** [14] unidades ocupadas, com uma média de 2,46 moradores por domicílio. A condição permanente foi observada em 93,8% dos domicílios (Figura 37).

Figura 37: Distribuição dos domicílios ocupados segundo a espécie, Área Rural, 2024



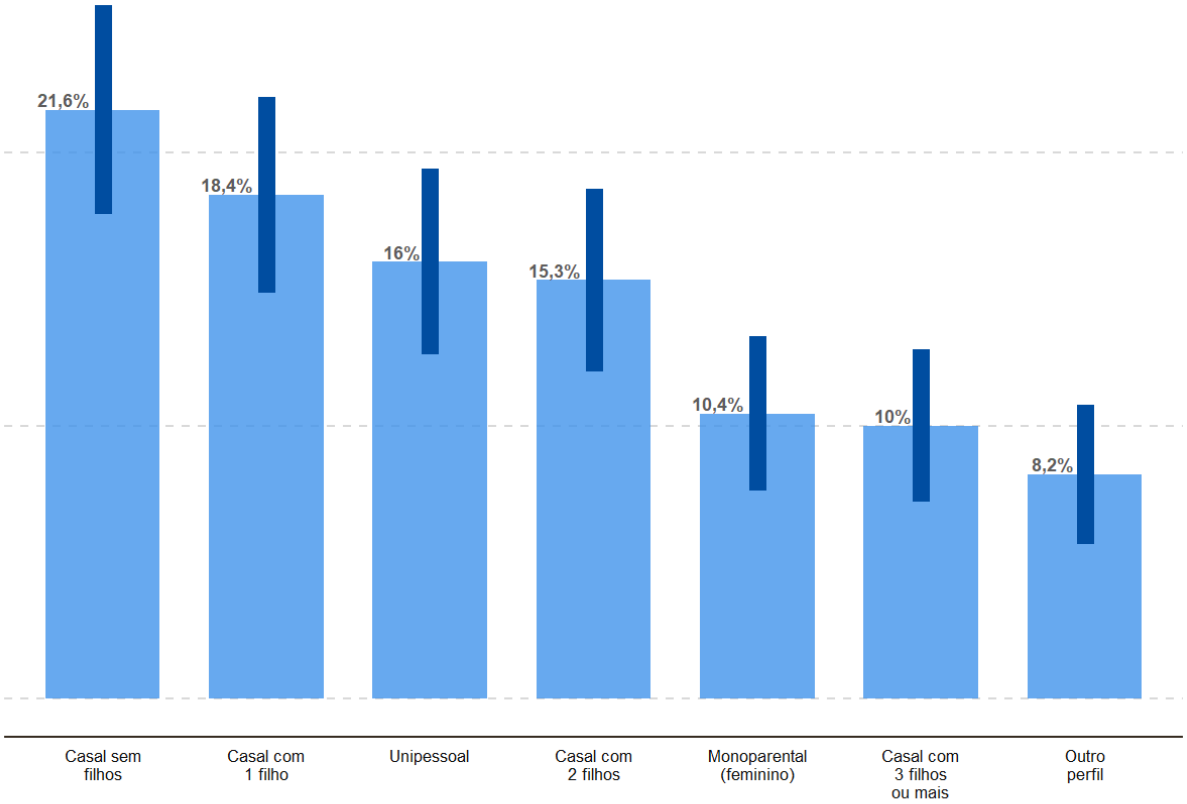
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Para entender como as pessoas estão organizadas dentro dos domicílios, foram criados os seguintes arranjos: unipessoal; monoparental feminino; casais sem filhos; casais com um filho; casais com dois filhos; casais com três ou mais filhos; e outros perfis. Para essas classificações, observou-se que o arranjo “casal sem filhos” foi o mais observado, em 21,6% dos domicílios (Figura 38).

No que diz respeito ao tipo, 96,7% dos domicílios eram casa (Figura 39), enquanto a condição de ocupação mais comum era “próprio, já pago”, para 58,4% (Figura 40). Por fim, 29,9% dos domicílios próprios possuíam escritura definitiva registrada em cartório, segundo informação dos moradores (Figura 41).

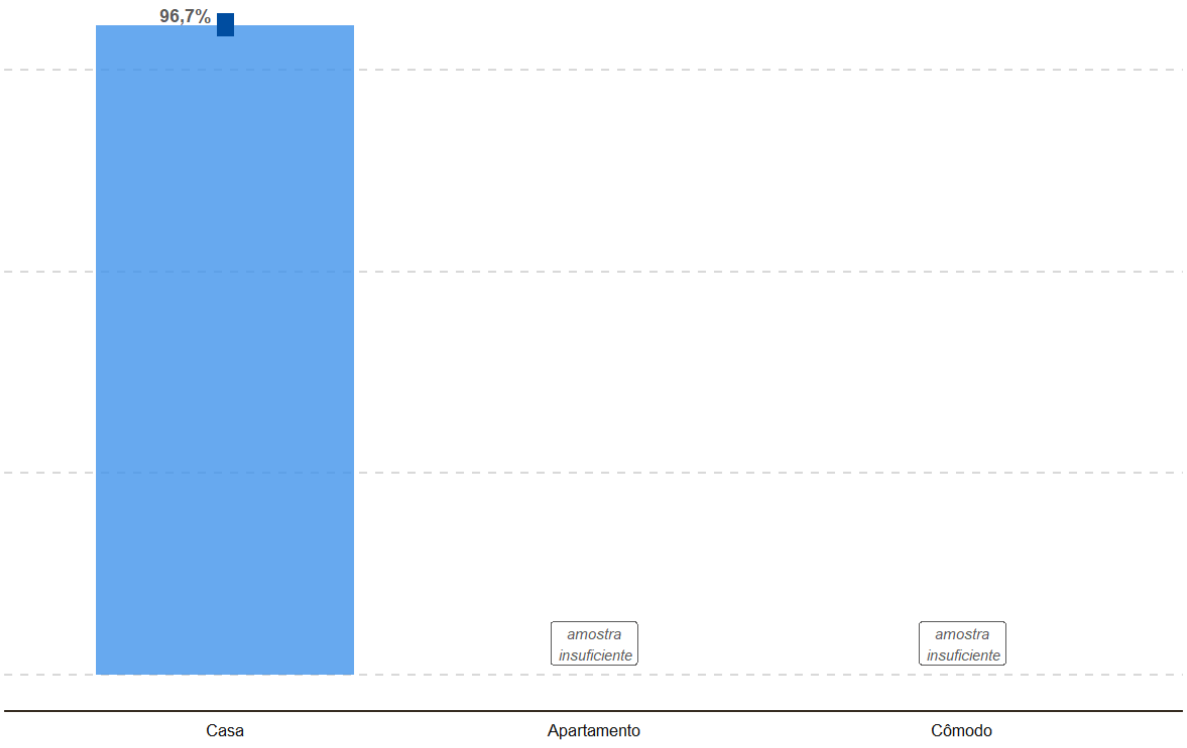
[14] Os dados apresentados correspondem às informações disponíveis em 03/07/2025 , considerando dados do último Censo do IBGE.

Figura 38: Distribuição da população por arranjos domiciliares, Área Rural, 2024



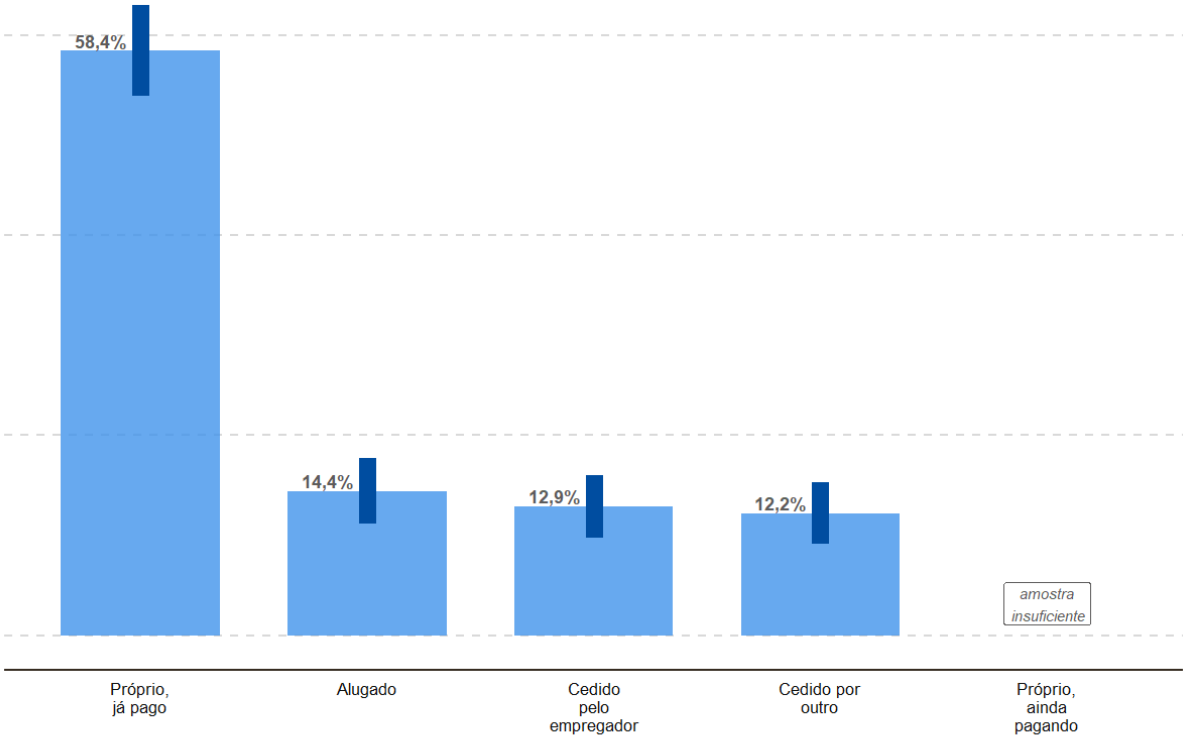
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 39: Distribuição dos domicílios ocupados segundo o tipo, Área Rural, 2024



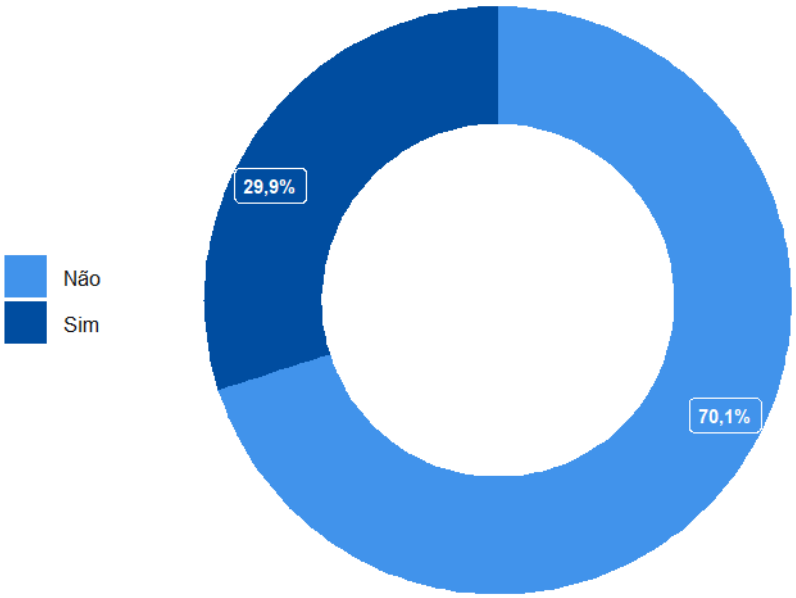
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 40: Distribuição dos domicílios ocupados segundo a condição de ocupação, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 41: Domicílios em imóveis próprios com escritura definitiva registrada em cartório, Área Rural, 2024

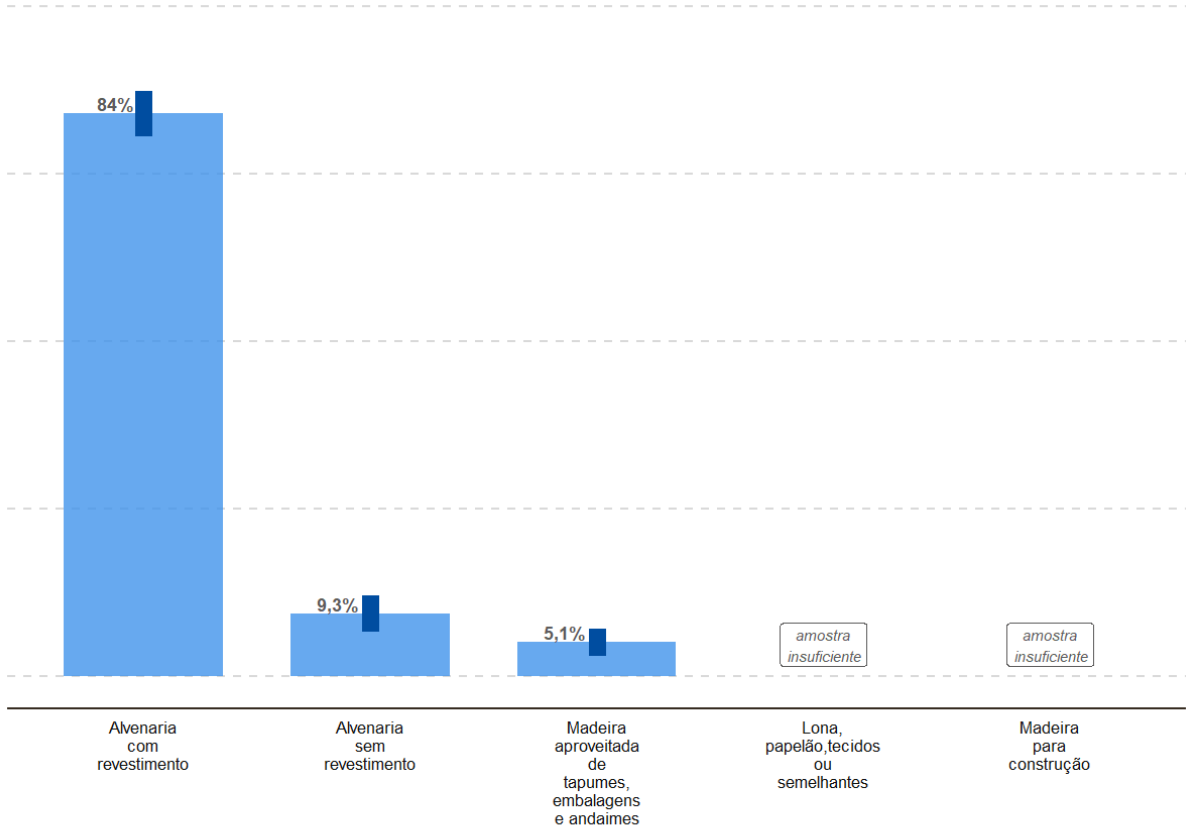


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

5.1. Infraestrutura domiciliar

Passando para a infraestrutura domiciliar, verificou-se que 84% das residências apresentavam parede externa de alvenaria com revestimento (Figura 42), 70,7% tinham o material do piso de “cerâmica/procelanatonato/madeira/ granito/mármore” (Figura 43), enquanto o telhado era de fibrocimento sem laje em 54,9% dos domicílios (Figura 44).

Figura 42: Distribuição dos domicílios ocupados segundo material predominante nas paredes externas, Área Rural, 2024



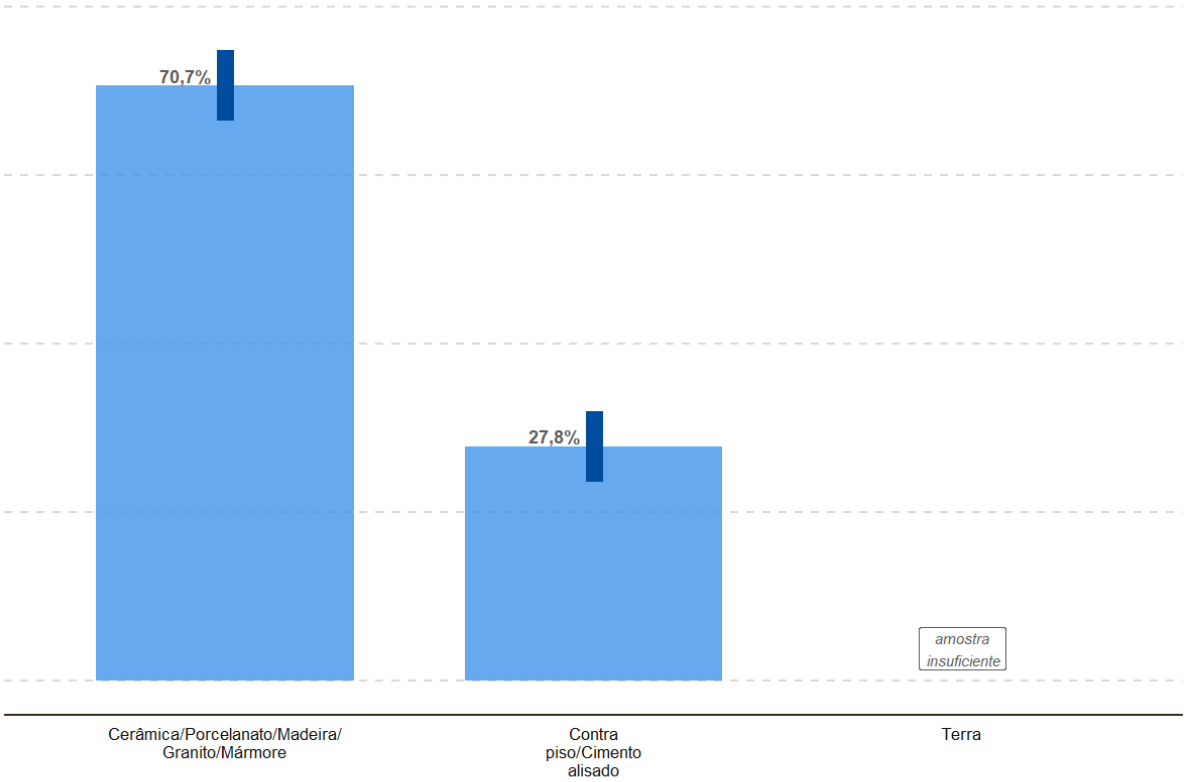
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Quanto ao abastecimento de água, 38,4% dos domicílios tinham acesso à rede geral da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), 21,1% declararam fazer captação de água da chuva e 86,2% tinham caixa d’água 32,8% tinham poço/cisterna, 52% tinham poço artesiano, 13,2% faziam uso de fontes/nascentes (Figura 45).

No que diz respeito ao esgotamento sanitário, verificou-se 9,6% dos domicílios com ligação à rede geral da CAESB, 65,3% declararam ter fossa séptica, 25,4% tinham fossa rudimentar (Figura 46).

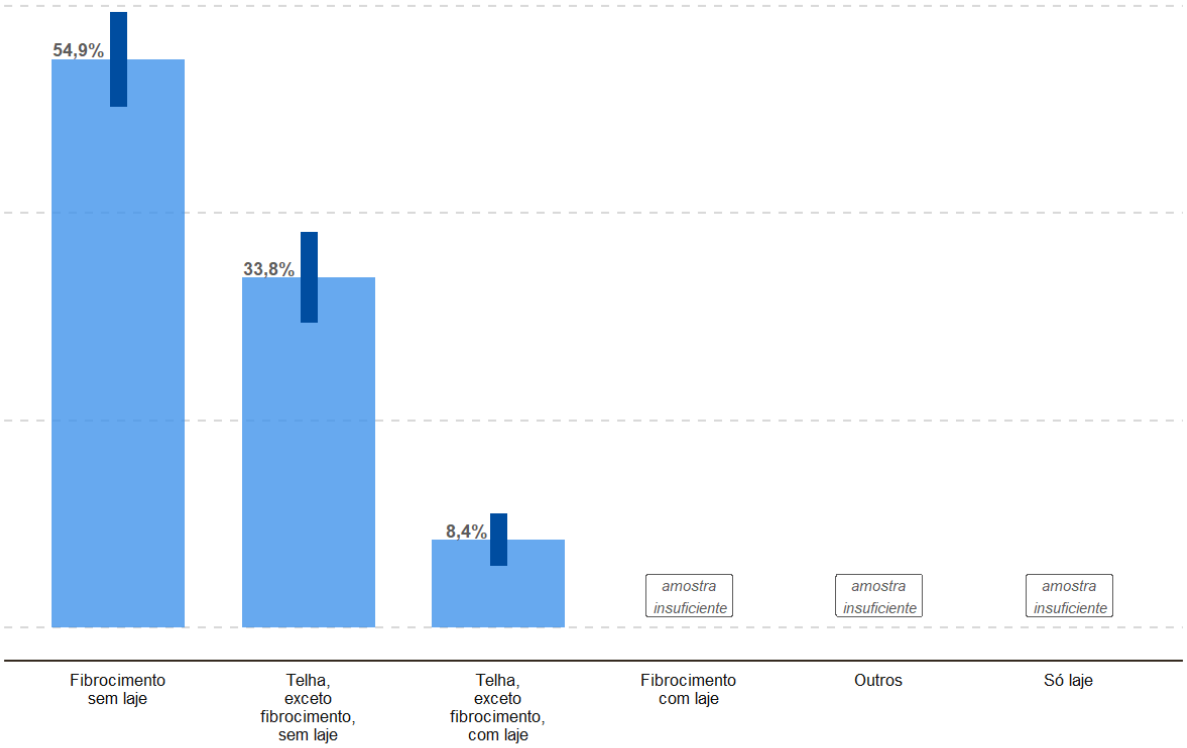
Sobre o abastecimento de energia elétrica, 88% declararam possuir abastecimento da rede geral da Neoenergia (antiga CEB). 98,1% declararam utilizar gambiarra (Figura 47).

Figura 43: Distribuição dos domicílios ocupados segundo material predominante no piso, Área Rural, 2024



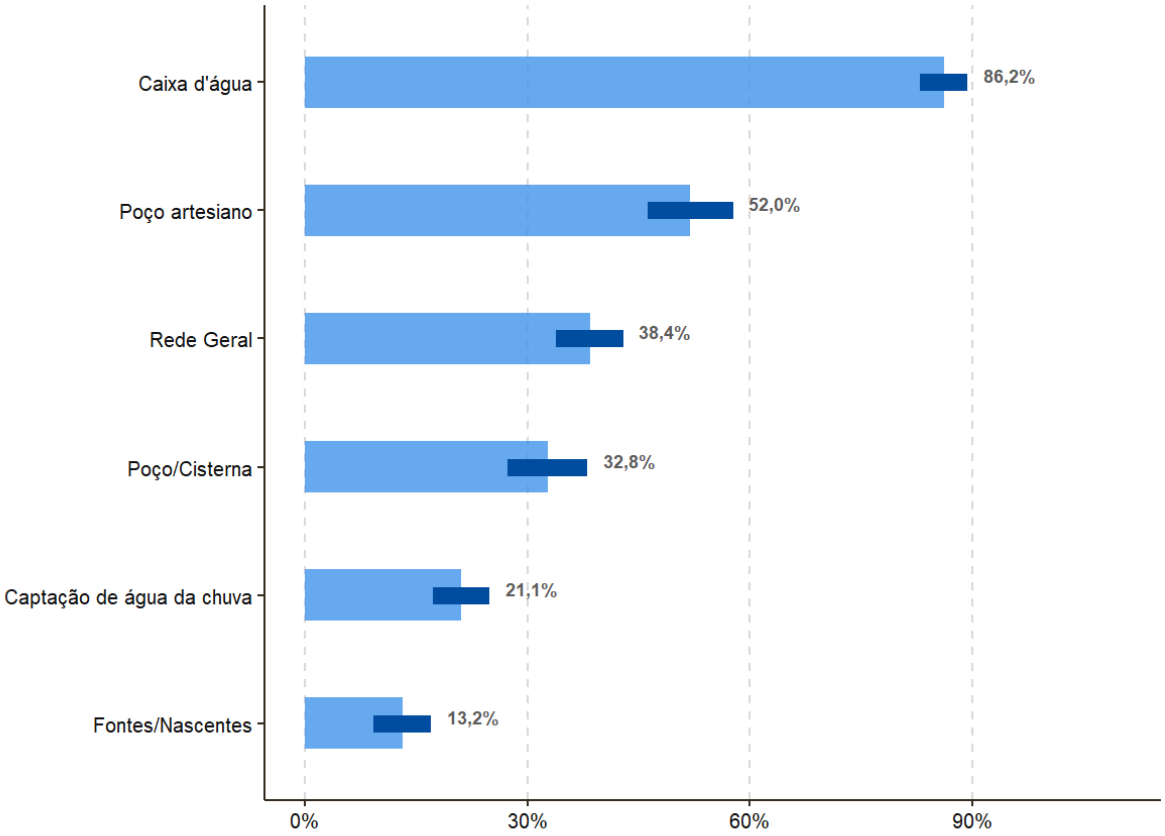
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 44: Distribuição dos domicílios ocupados segundo material predominante na cobertura (telhado), Área Rural, 2024



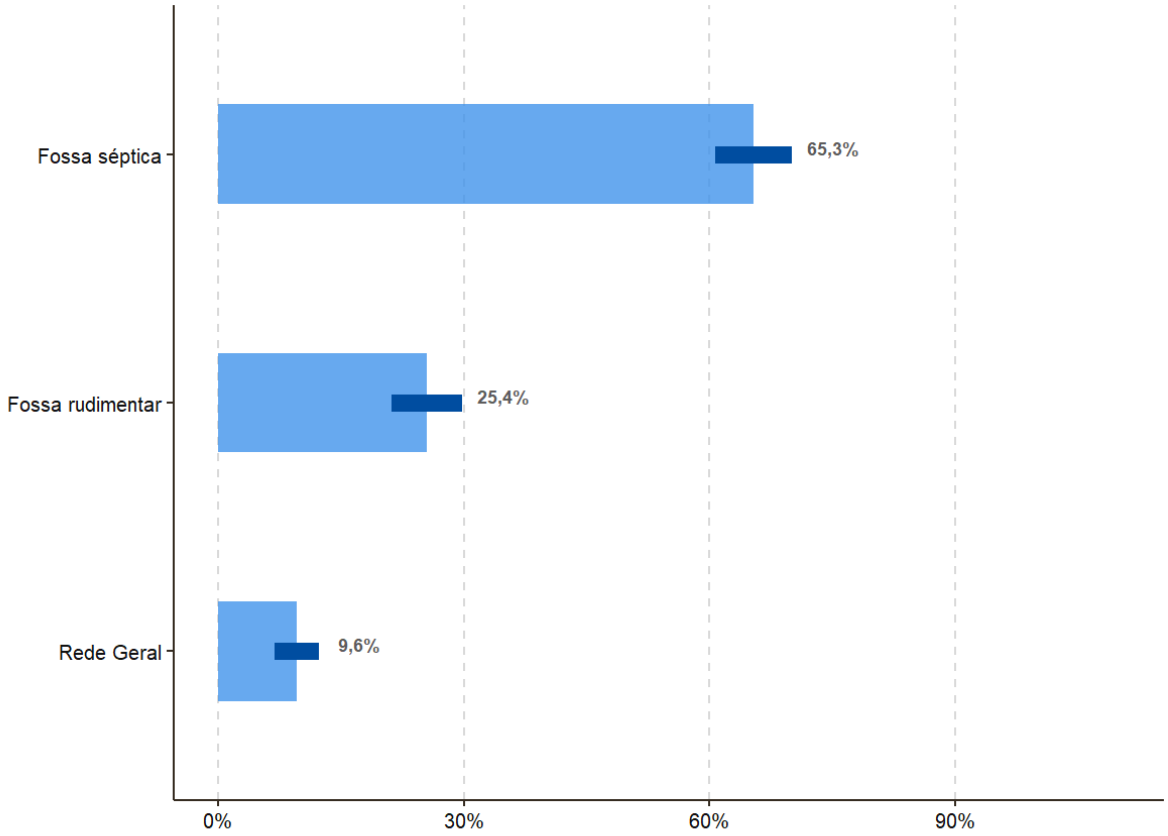
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 45: Abastecimento de água no domicílio, Área Rural, 2024



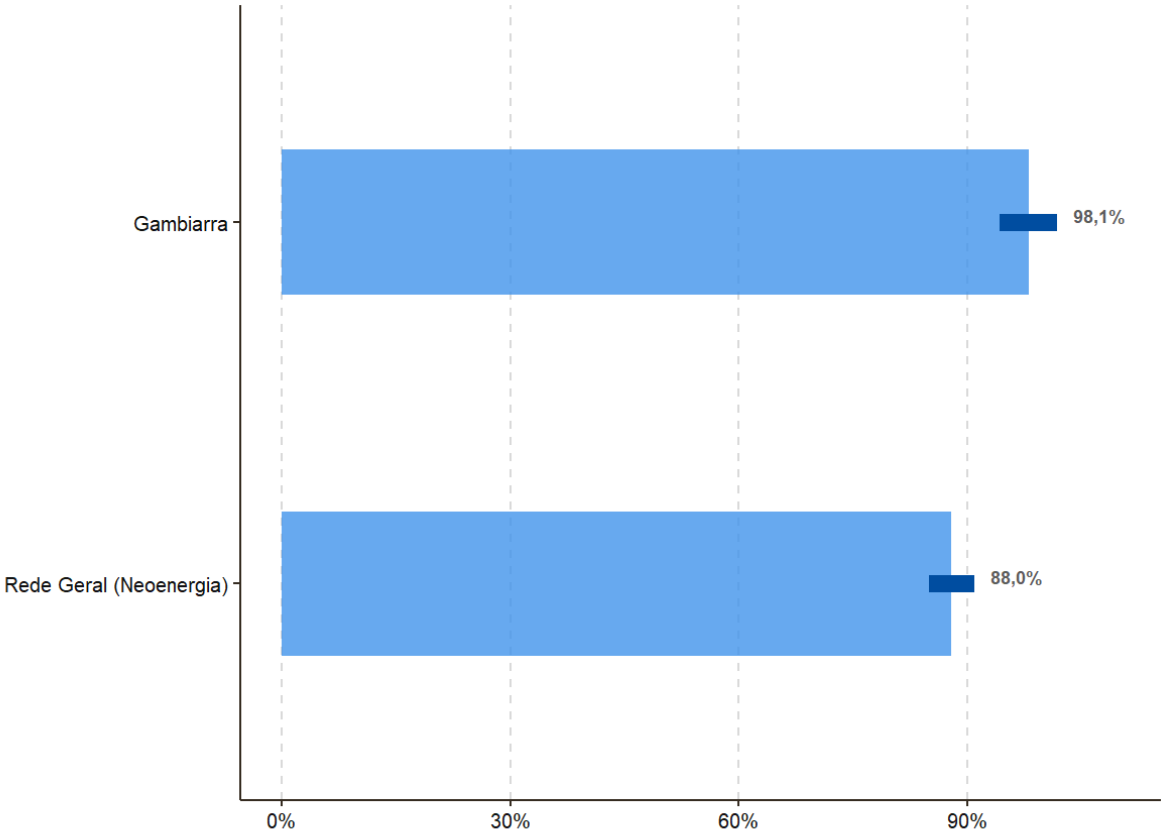
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 46: Esgotamento sanitário do domicílio, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

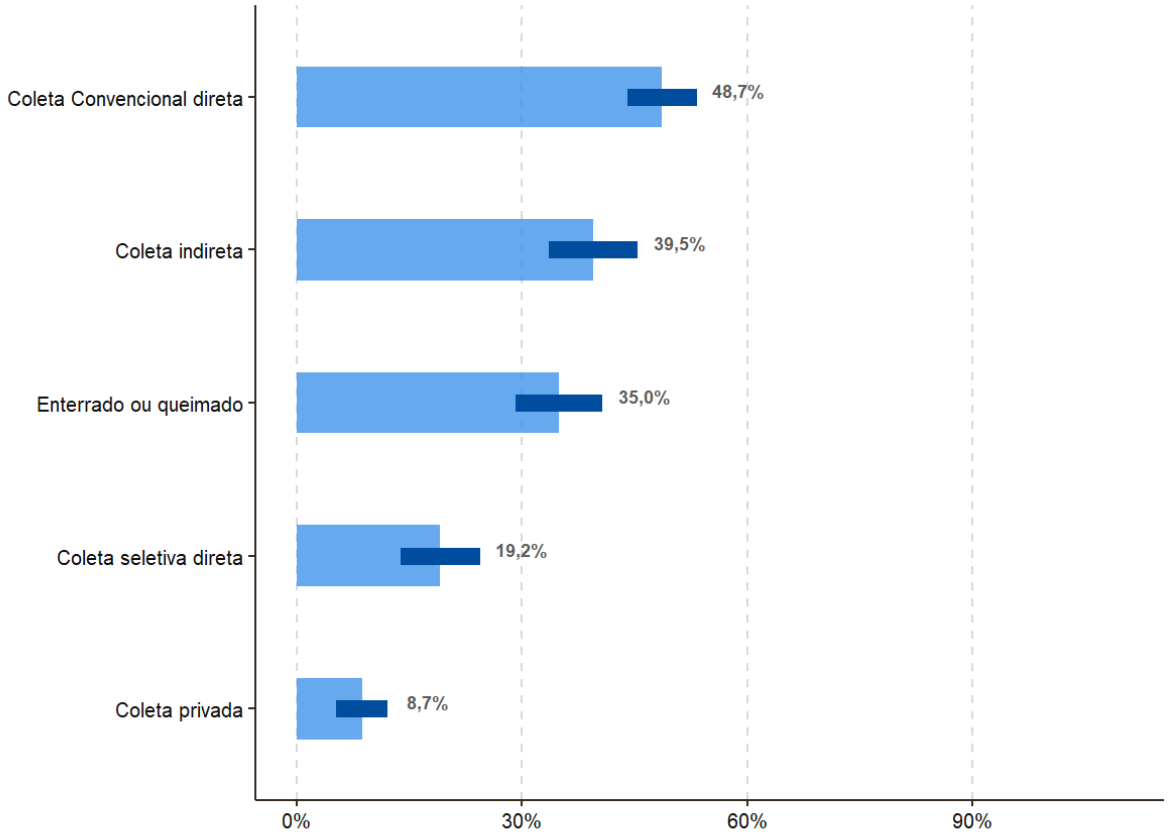
Figura 47: Abastecimento de energia elétrica no domicílio, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

No que diz respeito ao recolhimento de lixo, 48,7% afirmaram ter coleta direta[15], 19,2% coleta seletiva39,5% e tinham coleta indireta, enquanto 35% disseram queimar ou enterrar o lixo. Além disso, 8,7% informaram haver coleta privada do lixo(Figura 48).

Figura 48: Recolhimento do lixo no domicílio, Área Rural, 2024



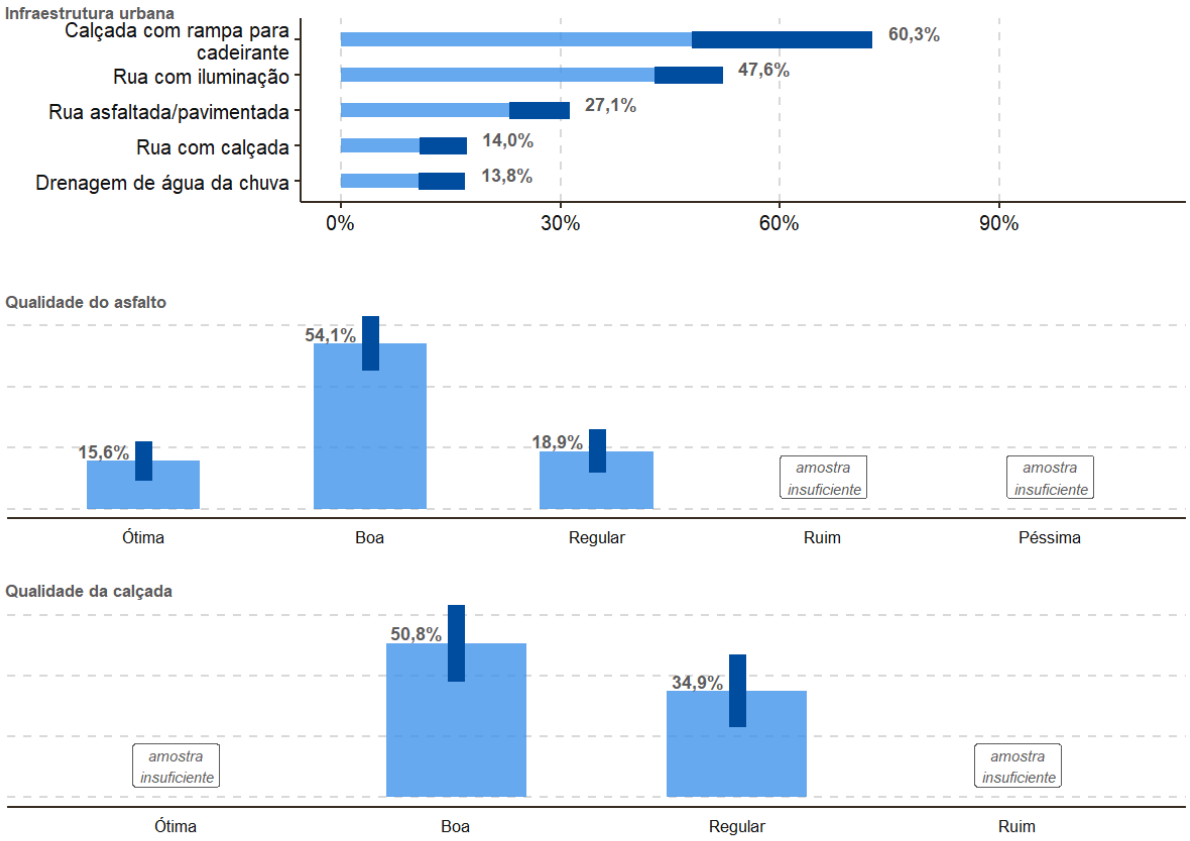
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

[15] Um domicílio pode ter tanto coleta direta seletiva quanto coleta direta não-seletiva.

5.2. Infraestrutura urbana nas proximidades dos domicílios

Passando para as questões referentes à infraestrutura urbana existente nas proximidades dos domicílios, verificou-se que a rua de acesso principal ao domicílio era asfaltada em 27,1% das unidades, 14% afirmaram ter calçada, das quais 60,3% tinham rampa de acesso para cadeirante. Para 47,6% dos entrevistados havia iluminação na rua principal de acesso ao domicílio, enquanto 13,8% responderam que havia drenagem da água da chuva (boca de lobo) (Figura 49).

Figura 49: Infraestrutura urbana na rua de acesso dos domicílios, Área Rural, 2024

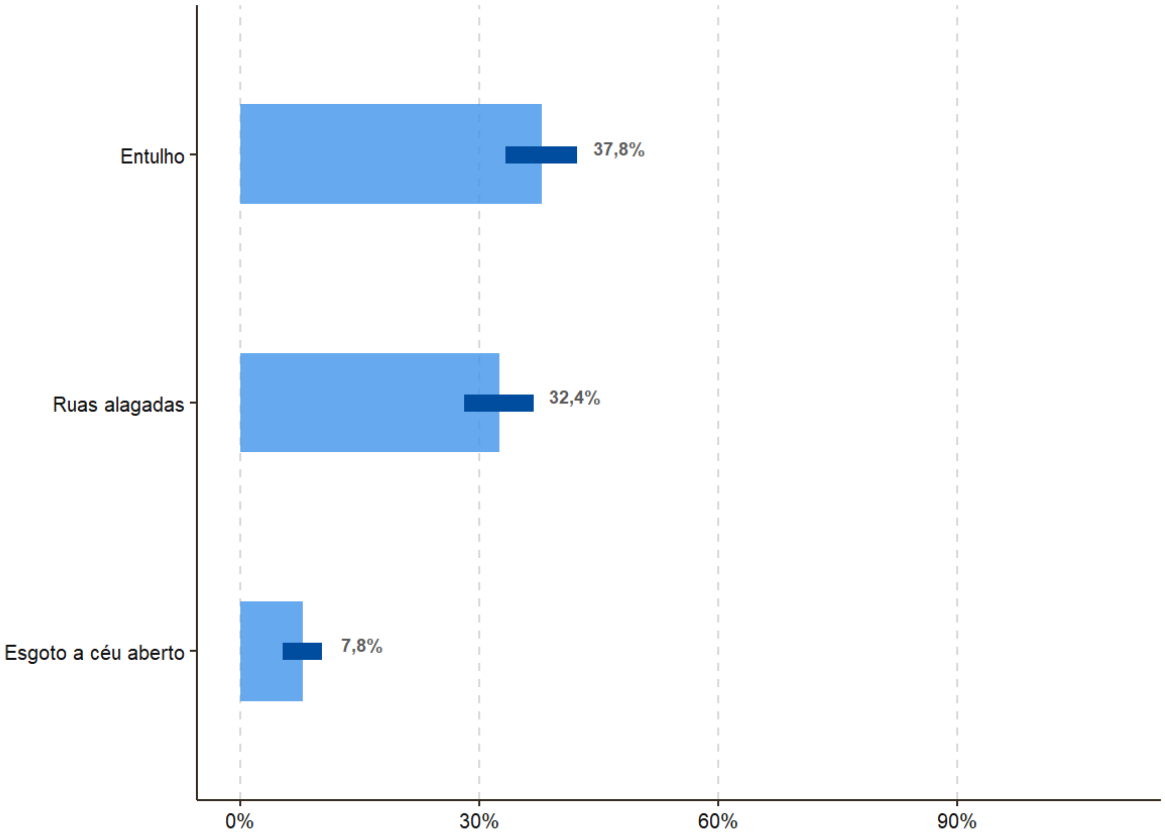


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Sobre problemas nas proximidades dos domicílios , 37,8% responderam que havia descarte inadequado de entulho, 7,8% relataram existência de esgotos a céu aberto e 32,4% informaram que as ruas ficavam alagadas em ocasiões de chuva (Figura 50).

Sobre infraestrutura pública nas proximidades dos domicílios, 97,8% informaram a presença de ruas arborizadas, 19,6% mencionaram a existência de parques e praças, 12,4% relataram a presença de ciclofaixas ou ciclovias, 11,8% informaram a existência de travessia sinalizada para pedestres (como faixas de pedestre, passarela, passagem subterrânea, semáforo) e 55,1% indi-

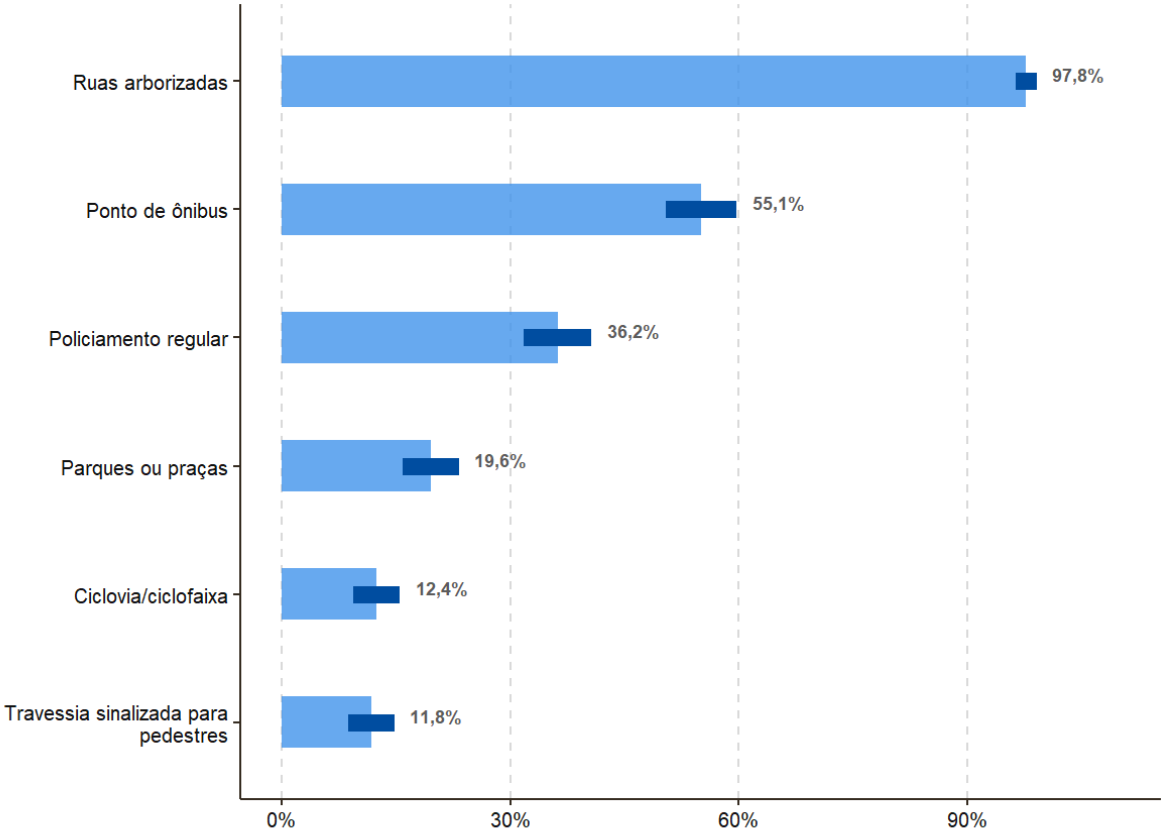
Figura 50: Problemas nas cercanias do domicílio, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

caram a existência de ponto de ônibus nas proximidades. No que tange às questões de segurança, 36,2% afirmaram haver policiamento regular (Figura 51).

Figura 51: Infraestrutura urbana nas cercanias do domicílio, Área Rural, 2024

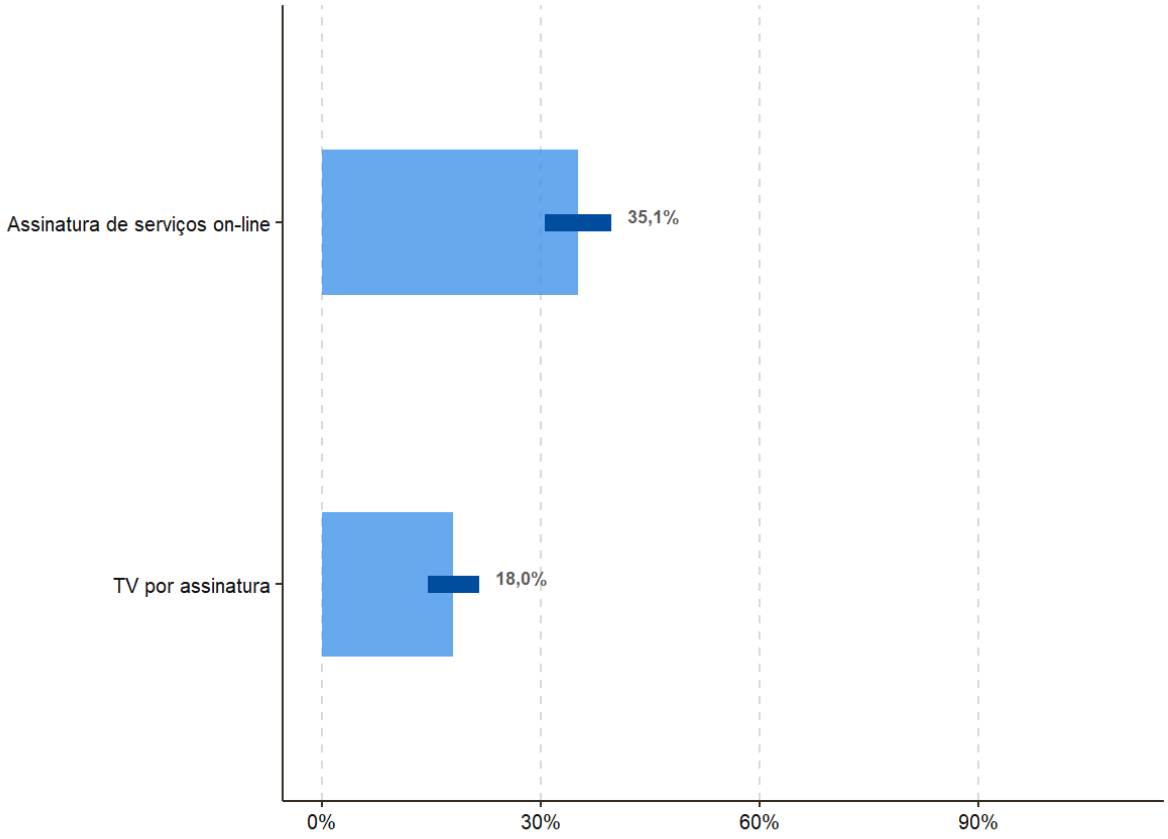


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

5.3. Serviços domiciliares e inventário de bens duráveis

Uma importante característica que permite avaliar a capacidade de consumo das unidades domiciliares é a contratação de serviços domiciliares e a posse de bens duráveis. Assim sendo, este bloco é dedicado a investigar essas questões. Em 35,1% dos domicílios havia assinatura de serviços on-line, como filmes, músicas, notícias, cursos e esportes, enquanto em 18% dos domicílios havia serviço de TV por assinatura (Figura 52).

Figura 52: Contratação de serviços pelos domicílios, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

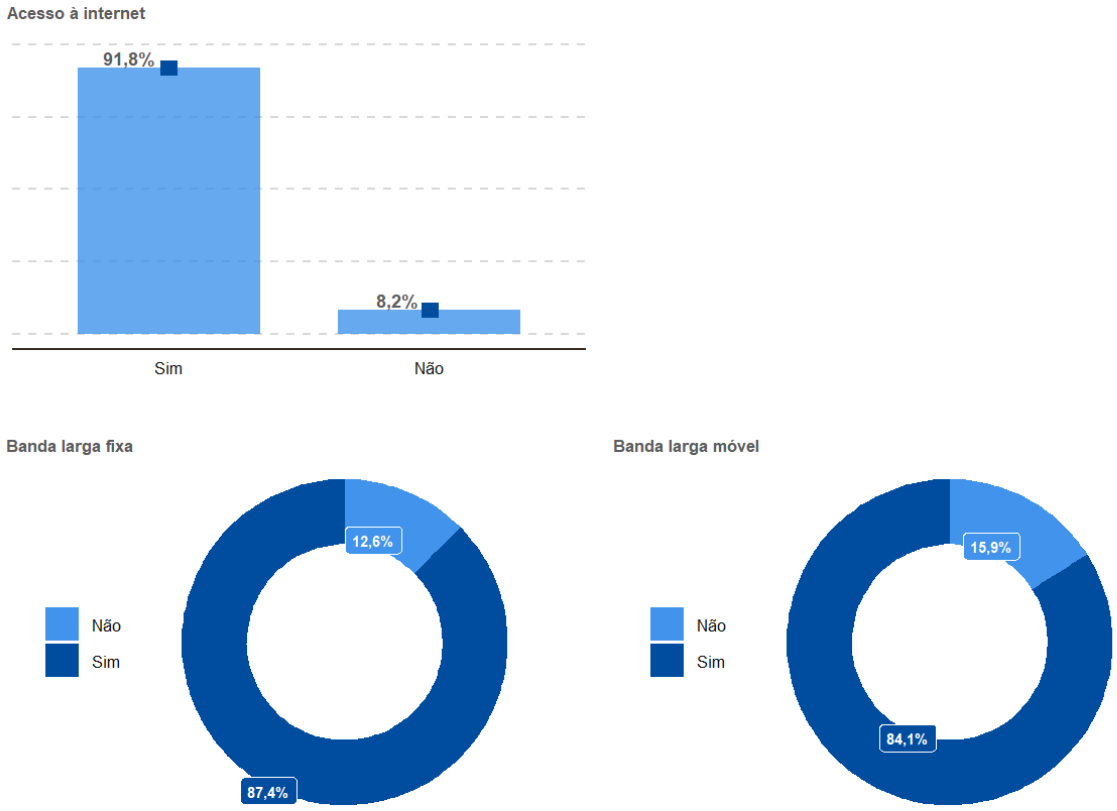
Sobre internet, 91,8% dos domicílios possuíam acesso próprio ou compartilhado[16] (Figura 53).

No que diz respeito à posse de veículos, 58,4% dos entrevistados declararam possuir automóvel, 20,4% informaram ter motocicleta e 35,3% disseram possuir bicicleta (Figura 54).

Sobre a posse de eletrodomésticos, observou-se que 99,5% dos domicílios tinham pelo menos um fogão, 50,8% tinham micro-ondas, 51,3% tinham geladeira de uma porta, 51,3% tinham geladeira de duas ou mais portas, 23,4% tinham freezer, 60,6% tinham máquina de lavar roupas, 10,2% tinham máquina de lavar e secar roupas, 86% tinham televisores de tela fina/plana, 26,2%

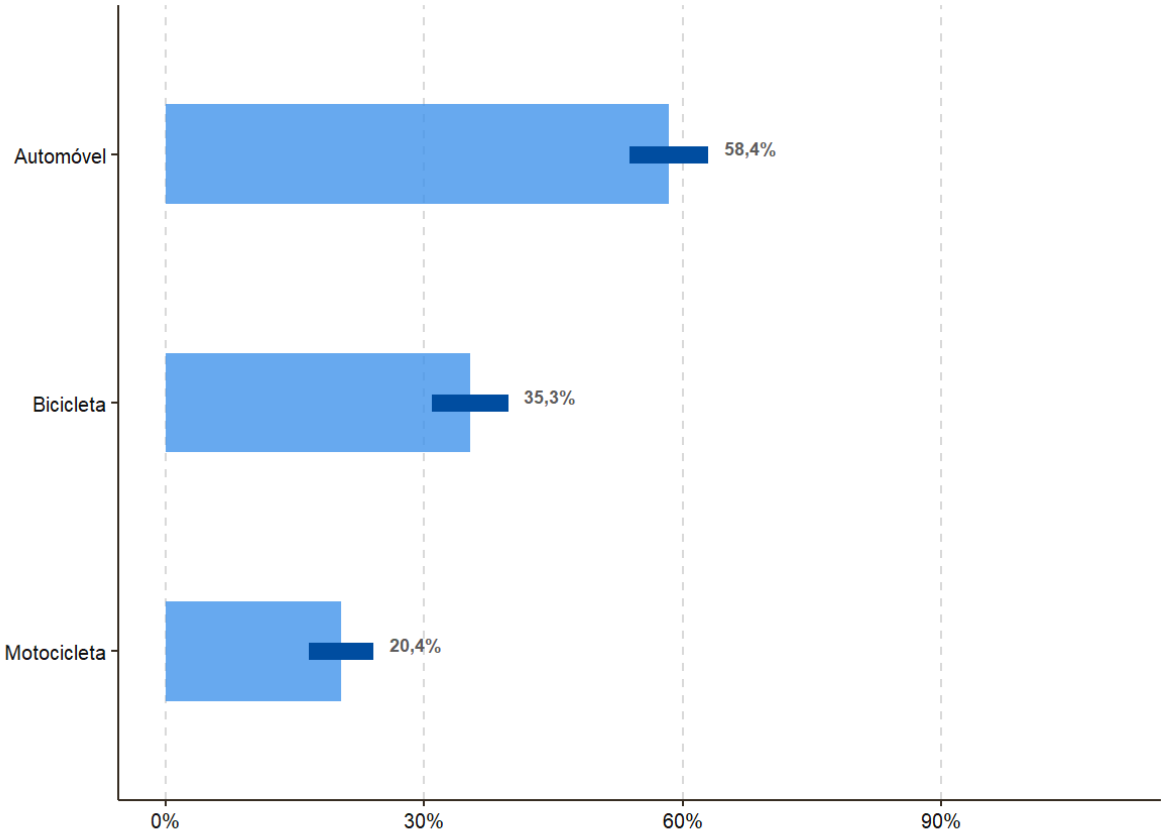
[16] Pelo menos um morador do domicílio tinha acesso à internet, seja esta fixa ou móvel.

Figura 53: Modalidades de acesso à internet no domicílio, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

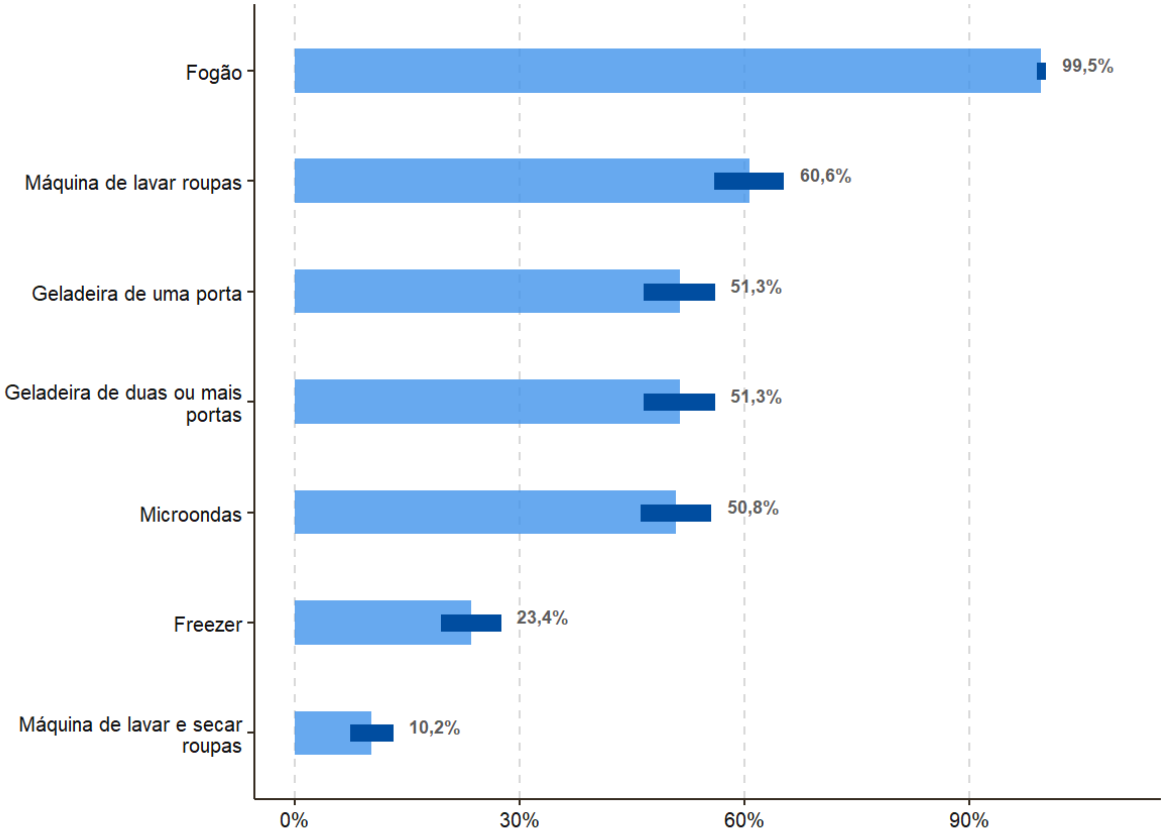
Figura 54: Posse de veículos no domicílio, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

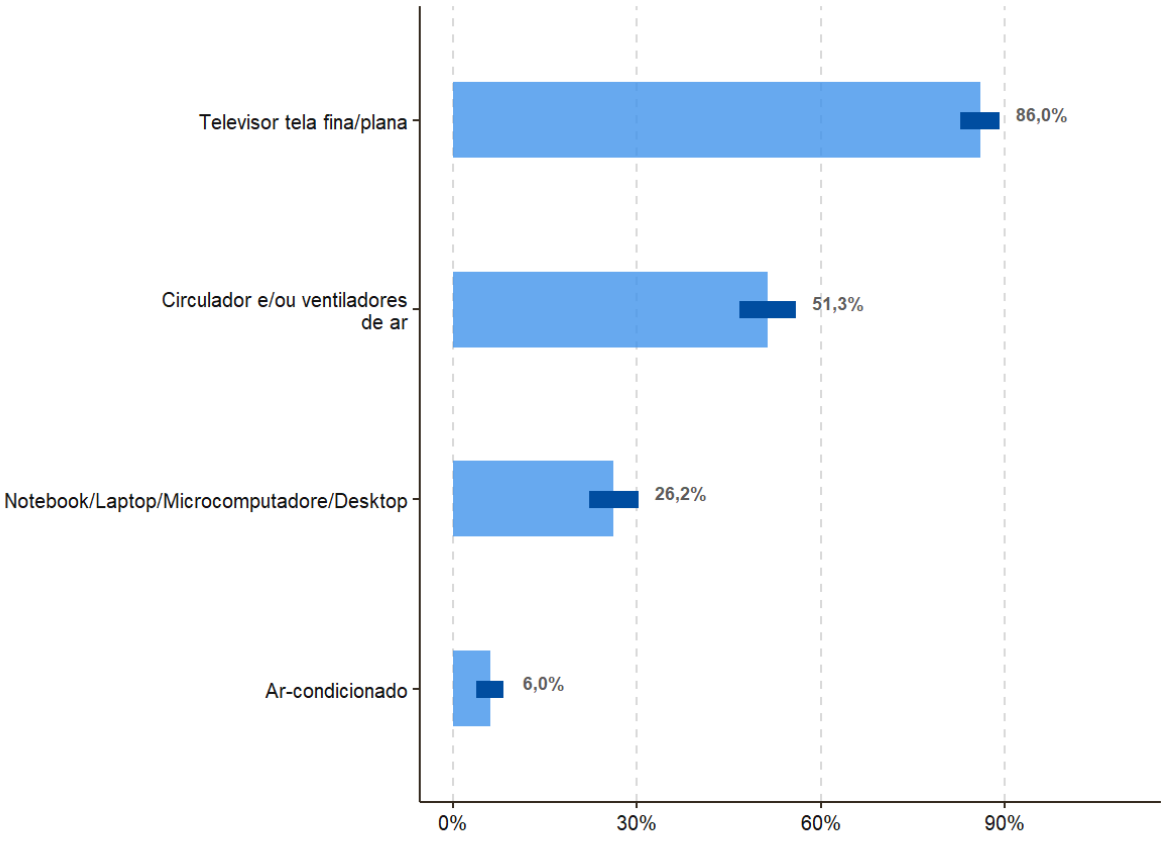
tinham notebooks, laptops ou desktops, 6% tinham ar-condicionado e 51,3% tinham circuladores e/ou ventiladores de ar (Figura 55, Figura 56).

Figura 55: Inventário de bens duráveis dos domicílios, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

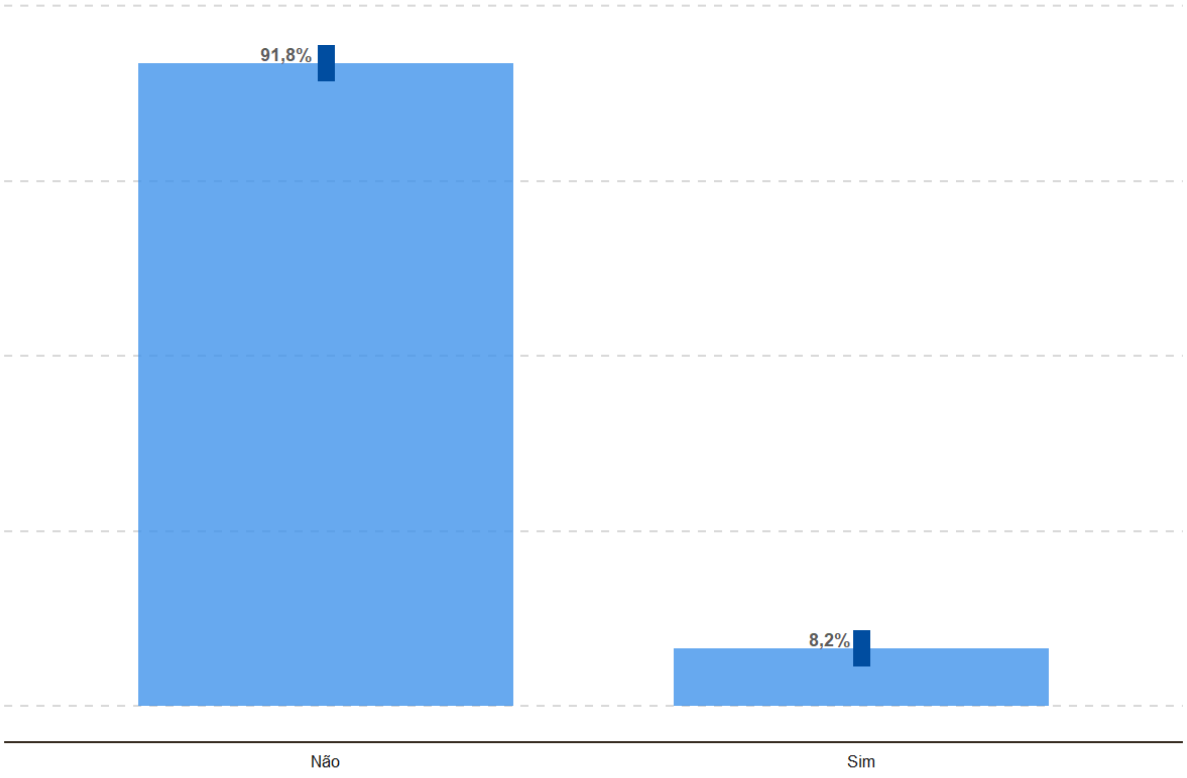
Figura 56: Inventário de bens duráveis dos domicílios (Continuação), Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

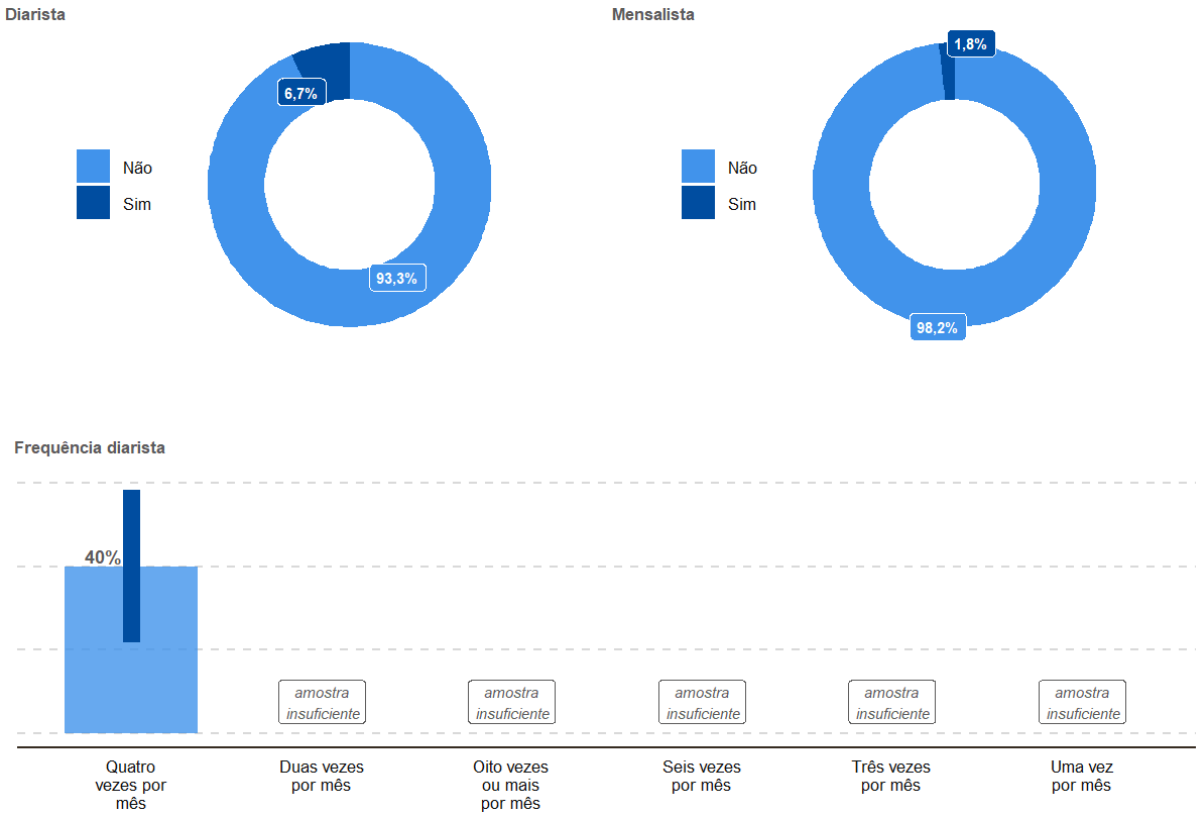
Questionou-se, ainda, a utilização de serviços domésticos. Em 91,8% dos domicílios, os respondentes declararam não haver a contratação de empregados domésticos, sejam mensalistas ou diaristas (Figura 57 e 58).

Figura 57: Distribuição dos domicílios ocupados segundo contratação de empregados domésticos, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 58: Utilização de serviços domésticos nos domicílios, Área Rural, 2024



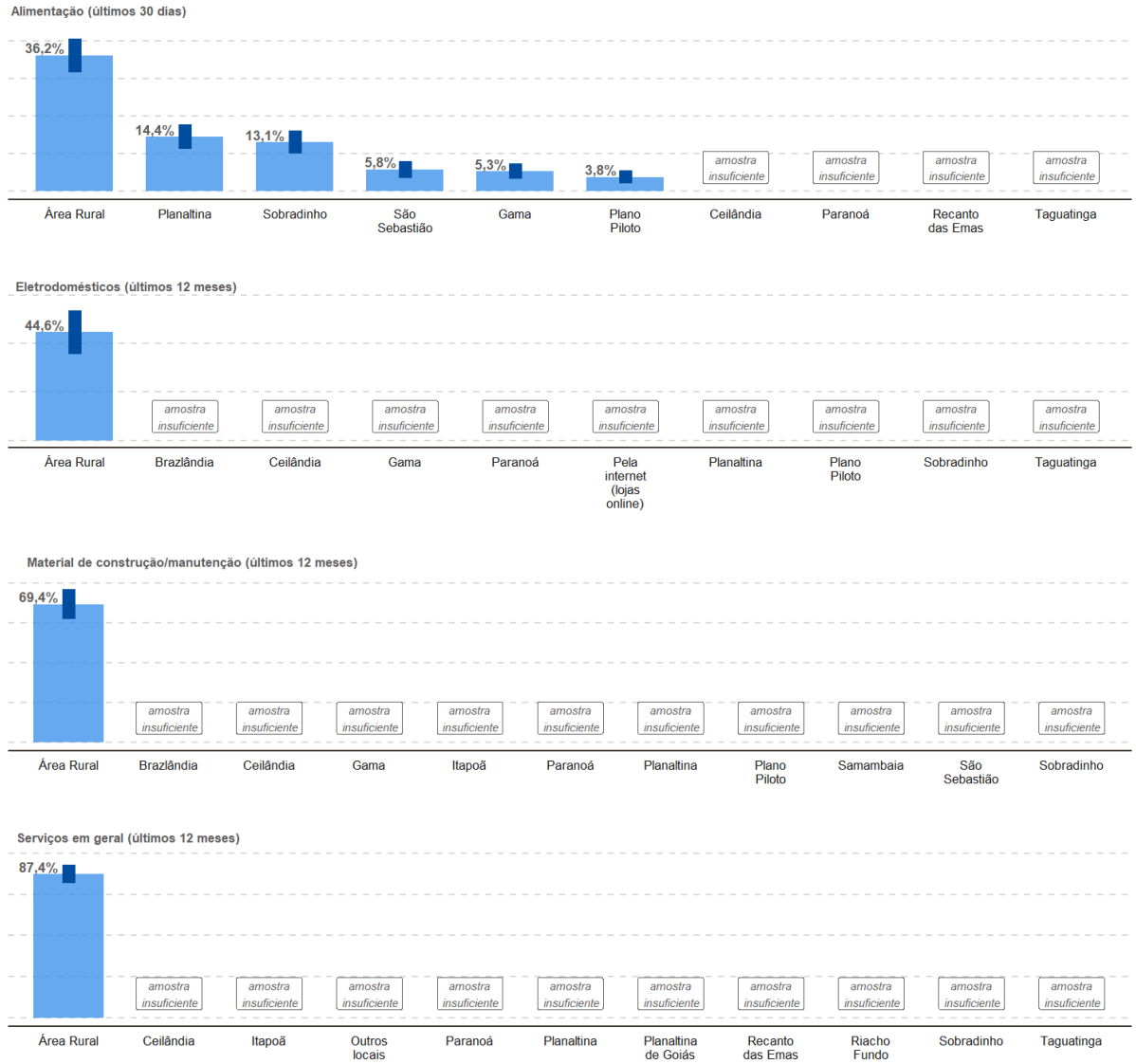
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

5.4. Localidades predominantes de compras

Nesta edição, a PDAD-A perguntou quais eram as localidades predominantes de compra de alguns itens de consumo domiciliar[17]. Para alimentação, higiene e limpeza, tendo como referência o último mês a partir da data da entrevista, 36,2% dos respondentes indicaram Área Rural como a principal localidade. Agora, sempre considerando como referência os últimos doze meses, o principal local de compra de eletrodomésticos foi Área Rural (44,6%), de materiais de construção ou manutenção foi Área Rural (69,4%) e de serviços em geral (exceto limpeza doméstica) foi Área Rural (87,4%) (Figura 59).

[17] Foram desconsiderados os domicílios que não efetuaram compras dos itens questionados no período de referência.

Figura 59: Locais predominantes de compra de artigos de alimentação, higiene e limpeza, eletrodomésticos, material de construção/manutenção e serviços em geral, Área Rural, 2024

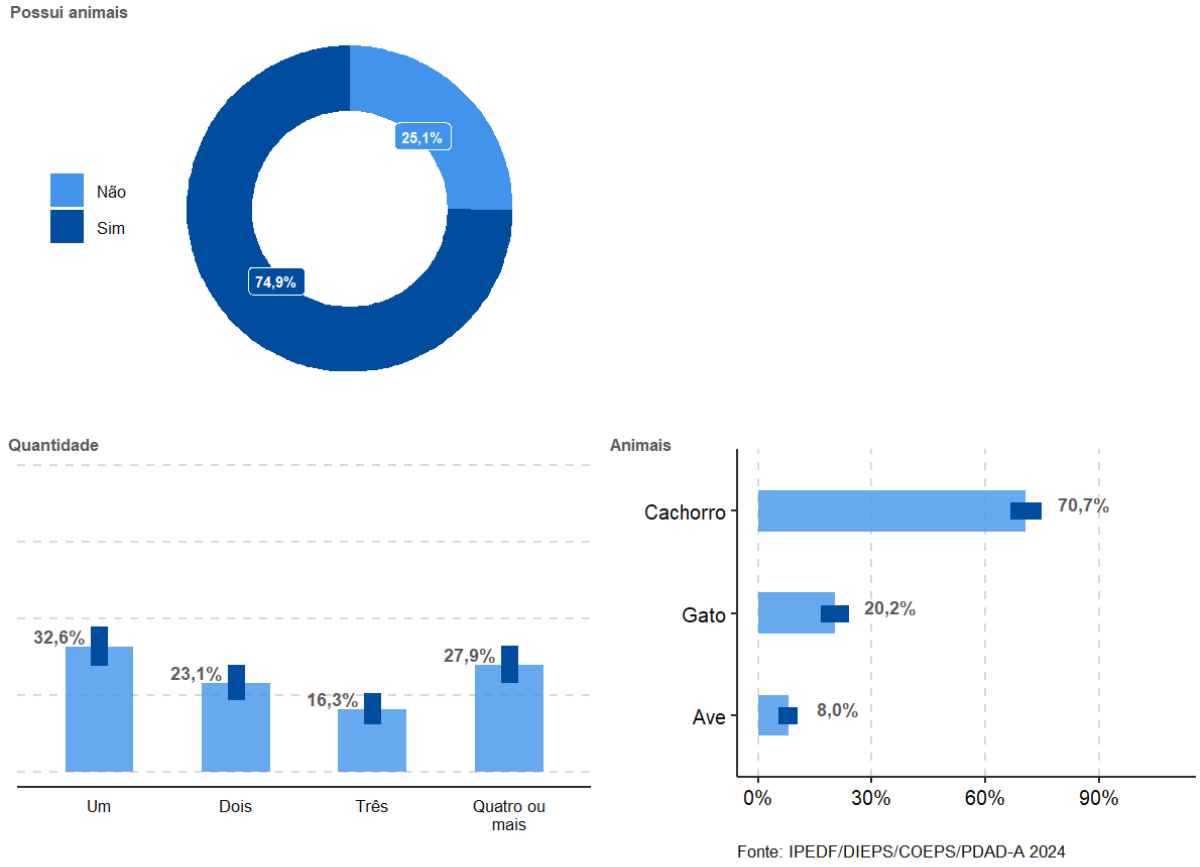


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024
Obs.: São reportadas até o limite das dez maiores categorias.

5.5. Animais de estimação

Sobre a existência de animais de estimação nos domicílios. Segundo os entrevistados, em 74,9% havia pelo menos um animal de estimação (Figura 60).

Figura 60: Existência de gatos, cachorros, aves, peixes ou outros animais domésticos no domicílio, Área Rural, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF Codeplan
Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. Sede Codeplan

CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.ipe.df.gov.br
ipe@ipe.df.gov.br

IPEDF
Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal